



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
ESTADO DA BAHIA**

LEI Nº 19/2017

PPA - Plano Plurianual

2018/2021

**Eder Jakes Souza Aguiar
Prefeito Municipal**



LEI Nº 19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2018/2021 e da outras providências.

Na condição de **Prefeito Municipal de Jussiape**, faço saber, que a Câmara Municipal de vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual - PPA do Município de Jussiape para o quadriênio 2018-2021, estabelecendo de forma regionalizada, conforme o disposto no art. 165 da Constituição Federal e art. 159, I, da Constituição do Estado, as diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - O PPA 2018-2021 tem como princípios norteadores:

- I - a inclusão social;
- II - a participação social;
- III - a sustentabilidade ambiental;
- IV - a afirmação dos direitos do cidadão;
- V - o desenvolvimento com equidade;
- VI - a gestão transparente e democrática;
- VII - a excelência na gestão.
- VIII - a excelência na atividade legislativa e de controle

Art. 3º - O Plano Plurianual 2018-2021, alicerçado no fortalecimento da função de planejamento governamental, pelo maior diálogo com a dimensão estratégica e estruturação na dimensão tática, está organizado em Eixo Estruturante e respectivas áreas temáticas, em que as políticas públicas estão expressas por meio de Programa, composto por Ementa, Indicadores, Recursos do Programa e Compromissos.

§1º - A Ementa, formulada a partir das diretrizes estratégicas, expressa o resultado ou impacto pretendido pela ação de governo.

§2º - Os Indicadores são instrumentos que permitem identificar e aferir a efetividade do Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3º - Os Recursos do Programa indicam uma estimativa para a consecução dos Compromissos.

§4º - Os Compromissos refletem o que deve ser feito e as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Entregas ou Iniciativas, sob a responsabilidade de um órgão setorial, e tem como atributos:

- I - Meta: uma medida do alcance do Compromisso, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;
- II - Entrega ou Iniciativa: declara as iniciativas a serem empreendidas para a entrega de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações



institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Município e sociedade e da integração de políticas públicas.

§5º - Os valores financeiros, os enunciados e as metas dos Compromissos, as declarações das Entregas ou Iniciativas e as demais informações estabelecidas neste Plano são orientadores, não se constituindo em limites à programação das despesas.

Art. 4º - Integra o Plano Plurianual o seu Anexo único, contendo o detalhamento dos Programas de Governo, por Eixo Estruturante e Área Temática, os Quadros Demonstrativos Financeiros e Informações Complementares.

Art. 5º Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Parágrafo Único - Entende-se como Operação Especial as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 6º Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 1º A gestão fiscal e orçamentária e a legislação correlata deverão levar em conta as seguintes diretrizes da política fiscal:

I - elevação dos investimentos públicos aliada à contenção do crescimento das despesas correntes primárias até o final do período do Plano;

II - preservação de resultados fiscais de forma a reduzir os encargos da dívida pública.

§ 2º Serão considerados prioritários, na execução das ações constantes do Plano, os projetos:

I - associados à Educação, Saúde e Assistência Social.

II - com maior índice de execução ou que possam ser concluídos no período plurianual.

Art. 6º - O investimento plurianual de que trata o parágrafo 1º do art. 161 da Constituição do Estado, para o período 2018-2021, está contemplado por meio das Entregas ou Iniciativas e respectivas ações orçamentárias vinculadas e compõe o montante dos Recursos do Programa.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual detalhará o valor dos Programas para o exercício de sua vigência.

Art. 7º A criação de ações no orçamento será orientada:

I - para o alcance das metas dos Compromissos;

II - pela viabilização da execução das Entregas ou Iniciativas.

Art. 8º - Caberá ao Poder Executivo definir normas, diretrizes e orientações técnicas complementares para a gestão do PPA.

Parágrafo único - O ciclo de gestão das políticas públicas deve ser otimizado mediante o aperfeiçoamento e a simplificação de processos para ampliar a capacidade de consecução dos objetivos e metas declarados.

Art. 9º Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 6º.



Art. 10º Somente poderão ser contratadas operações de crédito para o financiamento de ações orçamentárias integrantes desta Lei.

§ 1º As operações de crédito que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos, ressalvadas as compatibilizações por reestimativa das despesas.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DO PLANO

Seção I Aspectos Gerais

Art. 11º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.

Art. 12º O Poder Executivo, através do sistema de controle interno, manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano e acompanhamento de suas ações.

Seção II Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 13. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados a Câmara Municipal de Vereadores até 30 de outubro.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

- a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;
- b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

- a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua regionalização.



§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

III - incluir, excluir ou alterar ações e respectivas metas, no caso de ações não orçamentárias;

IV - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual;

V - incorporar as alterações de que trata o § 3º do art. 15 desta Lei, decorrentes da aprovação da lei orçamentária para 2014, podendo ainda incluir os demais elementos necessários à atualização do Plano Plurianual;

§ 1º O Poder Executivo divulgará, na Internet, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação da Lei Orçamentária para 2018, os anexos atualizados do Plano com as alterações decorrentes do disposto no inciso V do caput deste artigo.

§ 2º O valor total estimado de cada projeto deverá refletir os custos atualizados da execução e os valores programados para a conclusão do projeto.

**Seção III
Do Monitoramento e Avaliação**

Art. 15. O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2018-2021, sob a coordenação do Órgão Central de Planejamento e Orçamento, bem como da Controladoria municipal, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art. 16. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo I desta Lei, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Municipal, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias e à execução física e financeira das ações não orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 17. O Poder Executivo enviará junto à prestação de contas anual relatório da execução físico-financeiro das atividades desenvolvidas naquele exercício, que poderá conter:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - demonstrativo, contendo, para cada programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

**Seção IV
Da Participação Social**

Art. 18. O Poder Executivo e o Poder Legislativo promoverão a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações do Plano de que trata esta Lei.



Parágrafo Único. As audiências públicas regionais ou temáticas, realizadas durante a apreciação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais, estimularão a participação das entidades da sociedade civil.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Ficam dispensadas de discriminação no Plano as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

Art. 20. Ficam dispensadas de discriminação nos anexos a que se refere o art. 1º:

I - as atividades e as operações especiais;

II - os projetos cujo custo total estimado seja inferior a 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo Único. As ações orçamentárias que se enquadrarem em um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II do caput e no art. 20 comporão o “Somatório das ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação”, constante de cada programa.

Art. 18. O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I - texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II - anexos atualizados incluindo a discriminação das ações a que se referem os arts. 20 em função dos valores das ações aprovadas pela Câmara Municipal;

Parágrafo Único. As ações não-orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas poderão ser incorporadas aos anexos a que se refere o inciso II ou apresentadas em anexo específico, devidamente identificadas.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Eder Jakes Souza Aguar
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE



O PPA 2018-2021



APRESENTAÇÃO

Neste documento estão estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas da nossa Administração para o próximo quadriênio, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Mais que um documento formal, elaborado com o propósito de atender à legislação, o PPA é fruto de um intenso processo de discussão que começou ainda em 2016, durante a campanha eleitoral, quando desenvolvemos o nosso Programa de Governo.

Posteriormente, a partir da nossa posse em 1º de janeiro de 2017, demos início à discussão para a elaboração do PPA, utilizando como principal referência o nosso Programa de Governo, pautado na observação intensa das necessidades de nosso povo, colhidas e vivenciadas no dia a dia de nosso município. O Plano Plurianual 2018-2021, portanto, reflete os anseios, os desejos e as expectativas dos nossos munícipes.

O PPA é fruto do trabalho de todas as Secretarias e demais órgãos da Administração, que, ao longo dos últimos meses, discutiram os Programas, os Compromissos, as Metas e as Iniciativas que integram a estrutura do PPA 2018-2021. Também realizamos em 2017 uma escuta social, que sucedeu aquelas que antecederam o momento eleitoral, afim de ratificar seu conteúdo e coletar novas proposições para a elaboração do Plano .

O resultado desse processo de discussão foi a elaboração de um PPA que apresenta objetivos estratégicos voltados a promoção da inclusão social, da promoção da qualidade de vida, da estruturação do município, afim de ofertar ao cidadão serviços de qualidade, do fortalecimento da identidade, da diversificação econômica e sobretudo na qualificação educacional.

Assim buscaremos junto a União e Estado, principalmente tendo como base seus respectivos planos plurianuais a integração necessária de nossas ações, potencializa-las ao máximo, gerando benefícios sociais e efetiva qualidade de vida aos nossos cidadãos. Para tanto observamos os respectivos planos Plurianuais de cada uma dessas esferas de governo, buscando neles as ações de interesse municipal, que culminarão com os resultados macro estratégicos esperados no encerramento do quadriênio.

Na Saúde, um dos objetivos estratégicos é a qualificação da rede de atendimento, minimizando os custos, mas, sobretudo garantindo uma medicina preventiva eficiente e acesso a população aos serviços de média e alta complexidade do SUS sempre com o apoio do poder público municipal, buscando garantir o direito pleno à saúde. Vislumbra-se



também a participação de nosso município em consórcios de saúde, buscando na economia de escala a viabilização de uma saúde mais equânime, integrada e eficiente.

O fortalecimento da educação constitui um dos objetivos centrais em nosso Governo. Ao longo dos últimos anos, a união, estados e municípios fizeram um esforço significativo e investiram pesadamente na educação, principalmente através do FUNDEB. Esse esforço foi impactado negativamente pela crise financeira de 2015-2016 e, portanto é hora de revermos nossas metas e buscarmos a otimização destes recursos, para que de um lado os professores tenham melhores condições de trabalho, mas principalmente que ela se reverta em uma melhor educação.

Um dos caminhos para a superação da recente crise econômica é investir em infraestrutura para o desenvolvimento, precisamos entender que sem desenvolvimento econômico não há movimentação social efetiva. Portanto acreditamos que os investimentos em nosso município devem ter duas vertentes a qualificação dos aparelhos públicos, voltados a qualidade de vida e a ampliação e qualificação dos investimentos estruturantes, que promoverão o crescimento econômico de nosso município, tais investimentos, no entanto dependem de grandes montantes de recursos. Mais uma vez buscaremos junto à esfera estadual, não somente o apoio para investimentos nos aparelhos públicos de serviço e lazer, mas, sobretudo na captação de obras de grande porte, que busquem soluções mais efetivas para nossos problemas de água, energia, transporte, que facilitarão a fixação de empreendimentos e o escoamento de bens e serviços.

Uma preocupação central é impulsionar a inclusão produtiva, sobretudo no meio rural, com ações de fomento e apoio ao acesso ao crédito, regularização fundiária, apoio ao beneficiamento e à comercialização e qualificação dos trabalhadores da região.

As políticas públicas voltadas para o fortalecimento da atividade econômica - Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo e Serviços são efetivamente preocupações de nossa administração, dessa forma buscaremos parcerias que visem aprimoramento do ambiente de negócios, a atração de investidores sempre através de parcerias com estado e a união.

Por fim, deve-se registrar que os servidores públicos municipais, são imprescindíveis para que o PPA 2018-2021 seja implementado com êxito. Somente um pacto entre todos, que visem sempre o benefício coletivo, pode efetivamente modificar e fortalecer nosso município. Assumimos, assim, o compromisso de fortalecer o diálogo com esse segmento e, na



medida do possível, atender suas reivindicações, mas sempre colocando o interesse social acima de tudo, afinal essa é a função precípua do estado e conseqüentemente dos seus servidores. Reforçamos também o compromisso com uma gestão moderna, efetiva e transparente, alicerçada na democracia e no fortalecimento de suas instituições.

Entendendo o PPA 2018-2021

O PPA configura-se como o principal instrumento da gestão estratégica do município, com vigência de médio prazo. Nele, devem constar os programas, objetivos e metas da administração para um período de quatro anos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Como instrumento estratégico, o PPA deve refletir o conjunto de intenções da gestão para o período, sinalizando suas prioridades. Conceitualmente, o modelo do PPA 2018-2021 mantém o alinhamento metodológico com o PPA da União e do estado da Bahia o que fortalece a dimensão estratégica do plano, integrando-a com as dimensões tática e operacional, conforme ilustra a figura abaixo.



A base estratégica do PPA foi elaborada, conforme já apontado, considerando as diretrizes estabelecidas no Programa de Governo, nas escutas sociais realizadas em 2016 e 2017, nas informações contidas nos cenários prospectivos, além das diretrizes estabelecidas pelo Governo Estadual e Federal para o seus respectivos PPA(s) vigentes. Esses elementos contribuíram para a construção das Diretrizes Estratégicas, que serviram de referência para a formulação dos programas temáticos para o PPA 2018-2021.



Nesse PPA, as diretrizes estratégicas inspiraram a concepção dos componentes da Matriz Programática. Essa é composta por Eixo, Temas Estratégicos e Programas, que se desdobram em atributos dos programas, ementa e indicadores. Nessa proposta de organização da Matriz Programática os programas podem contemplar, concomitantemente, diversos temas estratégicos. Foi adotado um único eixo estruturante tendo em vista não segregar temas complementares ou correlacionados, portanto o PPA 2018-2021 será composto por apenas um único eixo estruturante: Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável, alinhado com o eixo do estado da Bahia e União. Identificou-se assim grupo de temas estratégicos para que estes norteassem os programas deste PPA. Os Temas estratégicos encontram-se listados no corpo do PPA. (Anexo 1)

Uma noção que norteou a elaboração do PPA foi a de que os programas refletem o conjunto de ações do governo que contribuem para o alcance dos temas estratégicos e não apenas das ações que um órgão ou uma entidade específica pretende desenvolver. Dessa forma, a perspectiva da transversalidade ganha força, a partir dos temas estratégicos. O exercício de relacionar programas a temas permitiu que, ao elaborar os programas de Governo, os órgãos e entidades da Administração assegurassem o componente estratégico do PPA. Ao definirem seus compromissos, o fizeram considerando a base estratégica à qual os temas estratégicos fazem parte. Com fundamento nessa estruturação, um programa pode produzir efeitos concomitantes sobre diversos temas estratégicos, dado o caráter transversal de seus compromissos.

No que tange a base estratégica do plano, uma série de indicadores estratégicos foi concebido com o propósito de perceber transformações socioeconômicas ocorridas. Assim, esses indicadores de programas servem como um elemento a mais para retroalimentar o ciclo de planejamento na sua dimensão estratégica para os PPA vindouros.

DIMENSÃO TÁTICA OPERACIONAL DO PPA 2016 – 2019

A parte tática-operacional do PPA compreende os demais componentes dos programas, destacando-se os Compromissos e Indicadores. O cumprimento das metas, a partir da efetivação das iniciativas, deve contribuir para viabilizar aquilo que foi concebido como compromisso no plano. Note-se que esses elementos são fundamentais para o monitoramento e posterior avaliação do PPA, contribuindo para as já mencionadas correções, caso necessárias, e consistindo em insumos para o exercício do controle social, fechando o ciclo de planejamento para o período.



As inovações nesse âmbito buscam produzir reflexos:

- No avanço e na transversalidade estendendo-a até o nível dos compromissos que podem abrigar iniciativas próprias de uma determinada secretaria ou de outros órgãos que, embora não sejam diretamente responsáveis pelo compromisso, podem contribuir para efetivá-lo;
- Na responsabilização do compromisso por competência, privilegiando o conhecimento do órgão responsável por aportar o programa do PPA, seja:
 - Responsabilidade direta quando as metas e iniciativas são demandas da própria secretaria ou;
 - Responsabilidade compartilhada com outros órgãos parceiros que aportaram meta/s com respectiva/s iniciativas transversais para realização de:
 - Demandas fora da sua área de negócio/competência setorial.
 - Ações integradas ou complementares.
- No aprofundamento da articulação inter e intrainstitucional, gerando uma matriz de relacionamento para viabilizar o diálogo necessário a efetivar as metas e iniciativas aportadas aos compromissos. A transversalidade nos compromissos de responsabilidade compartilhada exige do gestor responsável por competência que se articule com os órgãos que aportaram metas e iniciativas e que, portanto, se constituem em seus parceiros na implementação do compromisso.
- Na transparência e na identificação dos atores responsáveis por processos e ações finalísticas de iniciativas e compromissos.
- No desenho de um modelo de gestão do PPA do Poder Executivo a ser efetivado ao longo do processo e implantação dos programas temáticos finalísticos e de gestão.

[Cenários Prospectivos 2017 - 2032](#)

A função planejamento, para produzir os resultados almejados pela sociedade, não pode prescindir da disponibilidade de informações que permitam visualizar o cenário atual e que, na medida do possível, sinalizem tendências para o futuro. É a partir desses cenários que se traçam as melhores estratégias para alcançar os resultados pretendidos, antecipam-se problemas que podem comprometer os objetivos e, sobretudo, viabilizam-se as melhores combinações para a utilização dos recursos escassos, principalmente em períodos de crise.



Foi com o propósito de atender a essas necessidades do PPA 2018-2021 que o estudo dos Cenários Prospectivos buscou definir um conjunto de elementos indicadores de tendências. O trabalho consistiu na análise de variáveis agrupadas por temas gerais, vislumbradas principalmente do cenário projetado no PPA do Estado da Bahia para o período de 2015 a 2030, para obter dele dados gerais e variáveis de tendência, que permitissem estabelecer, respeitados o espaço e tempo e peculiaridades do município para projetar o cenário para o período de 2018 a 2021.

Apesar dos avanços registrados ao longo dos últimos anos, a pobreza e a vulnerabilidade social seguem como desafios para a elevação da qualidade de vida da população baiana. Dados do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE – preliminar) indicam que 233 dos 417 municípios apresentaram alto índice de vulnerabilidade social, o que reflete a necessidade de uma atuação governamental mais incisiva. A ideia é que, além das exitosas políticas de transferência de renda implementadas em parceria com o Governo Federal, promova-se a inclusão produtiva, com geração de trabalho e renda, o que vai assegurar a sustentabilidade do processo exitoso de redução da pobreza.

No entanto, para tratar as vulnerabilidades em que ainda vive parte da população baiana, sobretudo as que estão em condição de pobreza extrema, o fortalecimento da assistência social segue como essencial. Dessa forma, pretende-se dar impulso à implantação e expansão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade econômica e social. Para tanto, o Governo do Município pretende desempenhar a função de articulação dessas políticas com o Estado e o Governo Federal, assim como mobilizar os diversos atores sociais engajados no tema. Por se tratar de uma questão multidimensional, a pobreza exige um conjunto articulado de políticas que um ente, isoladamente, seria incapaz de solucionar.

No médio prazo, com o fortalecimento das atuais políticas sociais, projeta-se um cenário positivo, com tendência de redução gradual da pobreza e da pobreza extrema, com diminuição do número de famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70).

A melhoria da qualidade e condição de vida está vinculada ao acesso à educação. Nesse sentido, educação constitui agenda prioritária no Brasil, na Bahia e no nosso município. Nos próximos anos, deveremos aprofundar o seu Pacto pela Educação, buscando a articulação com o estado da Bahia e com a União, mobilizando a comunidade para a construção de uma educação compatível com as necessidades dos nossos jovens. Para tanto, é crucial



solucionar a questão do financiamento, reforçando parcerias estratégicas já existentes e buscando novas fontes de recursos, mas, sobretudo buscando a eficiência na utilização dos recursos já existentes. A partir daí pretende-se alcançar objetivos ambiciosos, como a erradicação do analfabetismo, a universalização do acesso, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica.

Os cenários futuros traçados para a Bahia sinalizam que a saúde pode ser abordada sob duas grandes dimensões. Por um lado, é produto do comportamento de indivíduos e famílias (estilos de vida, dieta, atividade física, hábito de fumar), o que exigirá do nosso Governo ênfase em programas educativos relacionados a riscos comportamentais passíveis de mudança. Por outro, pode-se entender a saúde como produto de amplo espectro de fatores relacionados à qualidade de vida, o que exige ênfase em ações voltadas para o conjunto da população e seu ambiente (físico, social, político, econômico, cultural).

Esperam-se melhorias na qualificação e na humanização dos profissionais de saúde e na atenção básica, com impacto para grupos sociais vulneráveis, mas também para toda a rede de atendimento de forma a torna-la de fato universal.

O cenário econômico, por sua vez, indica que as dificuldades enfrentadas pela economia global, ainda que já se sinalize melhoras, refletem sobre os indicadores da economia brasileira. É o caso da indústria, que seguirá enfrentando o baixo dinamismo da economia global e o baixo ritmo de crescimento da indústria nacional. Neste contexto buscaremos apoio junto ao governo do Estado, que pretende, segundo seu PPA, manter o apoio à atração de novos empreendimentos e incentivar a integração das cadeias produtivas locais e a desconcentração das atividades industriais, captando investimentos para nosso município e região. Ademais buscaremos ampliar e fortalecer nossa base produtiva, através principalmente de estruturação de nossa cadeia produtiva, facilitação de acesso ao crédito e fortalecimento da economia sustentável, respeitadas a vocação de nosso município e espírito empreendedor de nosso povo.

No âmbito do Desenvolvimento Urbano, continuaremos a apoiar, as Políticas de Habitação de Interesse Social (PHIS), de Saneamento e de Resíduos Sólidos, da estruturação e ordenamento do solo municipal, da integração de distritos, vilas e localidades, aumentando a percepção de pertencimento destes povos e incentivando as relações socioeconômicas entre estes e a sede municipal. O município ainda convive com grandes problemas no fornecimento de bens públicos e serviços básicos para a população, fruto da ausência de políticas específicas das demais esferas de governo, visto que na prática o município não pode ou tem limitada capacidade de investimentos. Nesse sentido, nos próximos anos, espera-se que o Governo do Estado e a união incentivem o desenvolvimento com qualidade das cidades, atendendo às necessidades sociais, culturais, institucionais e



econômicas da população, principalmente no que tange o saneamento básico, o tratamento de resíduos sólidos, a expansão e criação da malha viária buscando a integração do município e de suas localidades, que viabilizarão a instalação de empreendimentos, mas sobretudo a garantia da segurança hídrica e energética, essenciais a qualidade de vida dos municípios e da expansão e diversificação econômica.

Uma tendência observada no trabalho de cenarização do estado da Bahia (PPA 2016-2019 do Estado da Bahia), para os próximos anos é o fortalecimento da inter-relação entre cidades pequenas e médias, associado ao crescimento do dinamismo populacional e econômico, da urbanização dos municípios e dos segmentos de serviços pessoais e profissionais e pelos investimentos na logística de transportes, que melhorará também a mobilidade intermunicipal e inter-regional. Este cenário deve ser conduzido com cautela, principalmente pelos pequenos municípios, principalmente considerando a tendência dos municípios de maior porte em absorver demandas dos municípios menores centralizando serviços e comércio, contribuindo negativamente para o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos municípios. Dessa sorte, adotaremos políticas que visem o fortalecimento do comércio e da produção de serviços, bem como da formação de mão de obra qualificada, tendo em vista, gerar estoque diferenciado de mão de obra, qualificar serviços e produtos, ampliar a cadeia de agregação de valor ao produto produzido no nosso município, bem como atuar junto ao estado e união no sentido de garantir políticas que visem equalizar estes cenários quanto aos aspectos desfavoráveis.

Outra vertente que merece destaque é a necessidade de criar e manter infraestrutura de comunicação que garantam a inclusão digital efetiva do município, seus órgãos e cidadãos. Não podemos conceber administração, seja em que esfera ela ocorra, sem a participação efetiva de ferramentas digitais de integração e comunicação. Dessa sorte embora observa-se que existe na Bahia uma tendência a diversificação de oferta de bandas largas, o município precisará captar parceiros que viabilizem a efetiva disponibilização de banda larga em nosso município com velocidades e qualidade compatíveis com as nossas necessidades.

Tendências sinalizam que, para a gestão pública, os próximos anos devem ser marcados pelo aprofundamento da participação e do controle social, avanços na profissionalização do serviço público, maior transparência de suas ações e maiores exigências quanto ao respeito aos princípios éticos democráticos. Uma segunda tendência é o fortalecimento da transversalidade e da articulação interinstitucional dos diversos níveis de governo. Um sinalizador dessa



transversalidade é o próprio esforço para articular o planejamento nos níveis federal, estadual e municipal, integrando as políticas e suas iniciativas setoriais. Nesse contexto, o Governo Municipal pretende fortalecer as políticas que converjam para essas tendências, o que está contemplado no PPA 2018-2021.

Apesar das dificuldades decorrentes das estiagens, o esforço de cenarização aponta para avanços no uso de tecnologias de convivência com seca – a exemplo de pesquisas do uso da hidroponia com água subterrânea para desenvolvimento de fruticultura, alteração dos limites legais de expansão da irrigação, aprimoramento da utilização e reutilização de recursos hídricos. Aposta-se no crescimento do número de reservatórios hídricos e do volume de recursos para construção de grandes reservatórios. Neste cenário buscaremos ampliar e melhorar a qualidade de nossos reservatórios, através da captação de investimentos sólidos de parceiros, de outras esferas de governo, mas principalmente apoiar as políticas de conservação dos recursos hídricos.

Uma aposta do estudo é na consolidação, no país e no estado, de um novo modelo de governança, com a introdução de novas metodologias e ferramentas de gestão, alinhada com as melhores práticas internacionais no campo da administração pública. Exemplo disso será a consolidação da atuação governamental em rede, modelo adequado para ambientes complexos, em que interagem atores públicos, sociais e do mercado. Consolida-se assim, nesse período, um maior aporte normativo e tecnológico, habilitando o município a implementar políticas em ambientes complexos, com relações crescentes de parceria com o mercado e com o terceiro setor. Espera-se neste contexto que o município fortaleça e modernize seu modelo de governança, tendo em vista estruturar suas ações de modo a potencializa-las.

A partir das análises realizadas tanto na contextualização quanto nos cenários, pôde-se observar que foram identificados vários elementos que se constituem em oportunidades para o município, mas, também, em restrições ao processo de construção de um futuro desejado para nossos cidadãos.

Esse futuro, mais igualitário e justo do ponto de vista social, mais sustentável do ponto de vista ambiental, equilibrado territorialmente e com uma matriz produtiva mais moderna e dinâmica, capaz de gerar mais trabalho e renda para a população, passa pelo aproveitamento das oportunidades e a superação das restrições.



CENÁRIO FISCAL

1. Antecedentes

As medidas adotadas entre 2008 e 2014 pelo governo brasileiro, no bojo da crise internacional, buscaram arrefecer os efeitos recessivos na economia, embora o cenário internacional indique estabilização econômica com tendência à retomada do crescimento, o Brasil nos anos de 2015 e 2016 enfrentou o ápice dos efeitos negativos, apresentando recessão técnica. As medidas adotadas pelo governo, associadas a grave crise política não foram suficientes para reversão do quadro de grave crise econômica, tão pouco, até agora conseguiram garantir o retorno da confiança e a reversão das expectativas negativas do setor privado. Dessa sorte o cenário para o quadriênio de 2018 a 2021 é incerto, embora os indicadores tenham apresentado melhoras no início de 2017, chegando a se ter no primeiro quadrimestre de 2017, crescimento do PIB de 1%.

Apesar do crescimento do PIB no último quadrimestre, observa-se que a situação fiscal se deteriorou em decorrência do crescente descompasso entre as receitas e as despesas públicas, comprometendo as metas fiscais, a capacidade de investimento, e a confiança do mercado. Aliado a isso, o fraco desempenho na economia da América Latina, o aumento do desemprego nas regiões metropolitanas, a elevação dos juros, o aumento de preços e o menor dinamismo da economia geraram instabilidade e se tornaram os grandes entraves para a retomada do crescimento da economia brasileira extremamente baseada em commodities.

O desempenho econômico do país, ao longo do período de 2011 a 2016, foi marcado por oscilações relevantes na taxa de crescimento real, mantendo uma média anual de 1,47% nesses seis anos. No período, destaca-se o ano de 2015, quando a economia brasileira sofreu recessão, provocando um decréscimo no PIB da ordem de 3,77%, reflexo da perda de competitividade, da crise das commodities, da ameaça da desaceleração da economia chinesa, dos atrasos no cronograma de obras de infraestrutura, mas também da crise política até hoje não solucionada. A curto prazo, fatores como as eleições e a crise hídrica, a continuidade da crise política, entre outros fatores, potencializam esses problemas.

Este encolhimento econômico reflete-se imediatamente no cenário, gerando desemprego, desequilíbrio fiscal e inflação no teto da meta. Refletindo-se numa menor atividade do comércio interno, que retroalimenta a forte crise nacional, gerando menor atividade econômica e maior nível de desemprego.



Não se observa no cenário, medidas do governo federal que visem efetivamente combater este panorama. Até o momento, as medidas, tem caráter paliativo, uma vez que as intervenções pontuais como a injeção de recursos do FGTS no mercado através do saque das contas inativas, tem caráter pontual e desproporcional, seguem desacompanhadas de quaisquer medidas efetivas.

A desaceleração chinesa afetou seus principais parceiros comerciais e os preços de diversas *commodities* no mercado internacional. Na maior parte das economias emergentes, observou-se redução no ritmo de crescimento, baseada na necessidade de reformas estruturais e na queda dos preços externos. Mas recentemente o cenário Geopolítico tem sofrido com as medidas protecionistas adotadas pelos EUA, e já se aventam reduções ainda mais significativas da aquisição de *commodities* brasileiras pelos chineses, em detrimento de produtos norte americanos, provocando assim maior recessão e elevação do desequilíbrio da balança comercial.

Contrariamente a isso, apenas o Câmbio, que no momento favorece a exportação de produtos.

No cenário fiscal dos municípios precisamos analisar o impacto do encolhimento do PIB nas fontes de receitas dos municípios. Em 2015 e 2016, percebeu-se claramente que os repasses aos municípios, em geral, sofreram decréscimo, quando considerados a inflação e o aumento das obrigações pactuadas com as outras esferas de governo. Embora a princípio seja aceitável que em função do decréscimo do PIB, os municípios sofrem impacto econômico, é necessário observar que, a arrecadação geral da União, não sofreu tão significativamente. Tal fenômeno ocorre tendo em vista a disparidade entre os impostos totais recolhidos pela União e aqueles que efetivamente servirão de base para cálculo dos repasses das obrigações constitucionais. Observa-se claramente uma tendência à desvinculação de impostos e contribuições e consequente esforço da União na arrecadação destes, deixando os municípios fora dessa margem de ampliação da arrecadação. Essa tendência se não revertida deverá agravar a situação dos municípios, que já apresentam resultados fiscais bastante preocupantes.

2. O contexto macroeconômico do PPA 2018–2021

Indicadores recentes sobre a economia brasileira mostram baixos níveis de confiança do empresariado e do consumidor. Menor geração de postos de trabalho, crédito escasso e elevada pressão inflacionária, apesar de pequena tendência de crescimento, como se evidencia no primeiro quadrimestre de 2017. Com a inflação em alta, a tendência é de elevação das taxas de juros, tudo isso



sob o empasse político que se instaurou a partir das operações de combate a corrupção. Esse tipo de política tem como consequência o desestímulo à atividade econômica. As previsões para PIB 2017 indicam um ligeiro crescimento do PIB, entre 0,20% e 0,40% e para os demais anos, discreto crescimento de até dois pontos percentuais, isso para as provisões mais otimistas.

O ajuste fiscal tem como prioridade resgatar a credibilidade da política econômica e evitar a perda do grau de investimento. Embora sejam ações que favorecem o investimento privado no longo prazo, os ajustes levam tempo para surtir efeito. Assim, para os próximos anos, as perspectivas econômicas são mais positivas, projetando-se um crescimento médio da economia em torno de 1,40%. Como principais vetores estão às exportações e os investimentos. O ajuste de vetores conjunturais importantes pode elevar, gradualmente, a taxa de investimento, e com isso a retomada dos programas de concessões de infraestrutura e a recuperação das atividades ligadas à cadeia de óleo e gás.

Nesse sentido, um melhor desempenho da economia tem como resultado elevar a capacidade do país de enfrentar novos desafios domésticos e, com isso, alcançar nos próximos anos o resultado primário compatível com a sustentabilidade da razão dívida/PIB. A manutenção de resultados primários em ambiente de ajuste fiscal aponta para o declínio do endividamento.

A partir da consolidação do ajuste fiscal é esperada uma política econômica mais favorável ao crescimento econômico, como a redução da taxa Selic, de 14% em 2015 para 10% em 2017 e subsequentes a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva em torno de R\$ 3,30 por dólar norte-americano.

O índice oficial de inflação do governo (IPCA) deve cair de 9,2% para 5,5% em 2017, taxa que estaria, assim, convergindo para o centro da meta de 4,5% nos anos seguintes. Como reflexo, o consumo das famílias voltaria a crescer, impulsionado pela manutenção do poder de compra com a prorrogação da metodologia atual de reajuste do salário mínimo até 2021.

Os números apresentados acima sinalizam para uma melhora quanto aos indicadores econômicos para os próximos anos, o que deve gerar mais confiança na retomada do crescimento econômico após um período difícil de recessão e ajuste fiscal. Com isso, o cenário macroeconômico, ainda incerto, deve ser revisto de acordo com as medidas em curso adotadas pelo governo.

Estas ações refletirão na arrecadação municipal, melhorando a situação fiscal dos municípios.



MODELO DE GESTÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento legal de planejamento previsto no artigo 165 da Constituição Federal e que contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um intervalo de quatro anos. O PPA é um documento político, já a sua implementação depende de arranjos institucionais que se dão não apenas no âmbito institucional do município, mas junto a outras esferas de governo, ao setor produtivo privado e aos movimentos sociais. A construção de planos pactuados, que reflitam as prioridades da sociedade, constitui uma tendência do Brasil atual, mas que precisam ser constantemente amadurecidas.

Essa abordagem sintética expressa características centrais de um PPA que, necessariamente, modela a sua gestão:

- O PPA é um plano, com duração de quatro anos, de realizações encadeadas e cumulativas no sentido da consecução de objetivos estratégicos de desenvolvimento de médio e longo prazo;
- A elaboração do PPA e sua aprovação legislativa se dão pontualmente, se considerado o processo contínuo de formulação, planejamento e execução das políticas públicas – há, nesse momento, uma cristalização do quanto pactuado com a sociedade, mas é também nesse momento, e nas leis orçamentárias anuais, que são feitos os necessários ajustes no sentido do aprimoramento das políticas, em um processo que acompanha a dinâmica da realidade socioeconômica.
- Decorre daí que a gestão do PPA, compreendida como a gestão de um ciclo de planejamento, é uma parte da gestão das políticas públicas, a de maior visibilidade social. Por isso mesmo não pode prescindir de um sólido quadro de referência sobre a situação que se quer transformar, o que implica retomar o planejamento nas suas dimensões estratégica e tática.

Inicialmente, é desejável que se esclareça o enfoque adotado sobre a *natureza da gestão*, que se desloca das dimensões exclusivas do controle, da eficiência e da padronização, sem perdê-las de vista, para aproximar-se, cada vez mais, das dimensões da eficácia, da efetividade e da sustentabilidade da ação governamental.

Aplicado ao ciclo de gestão do PPA, esse enfoque enfatiza a *implementação dos programas governamentais*, subordinando todas as demais etapas do ciclo à realização das metas e resultados esperados – significa dizer que a responsabilidade pelos resultados é compartilhada por toda a Administração, e que os órgãos e processos de monitoramento,



avaliação e revisão, voltam-se para a melhoria das políticas públicas e à superação das restrições à implementação dos programas.

Por outro lado, entende-se também que a gestão é, antes de tudo, um processo político e que a separação artificial entre política e técnica leva à adoção de práticas descoladas do ambiente real em que as políticas públicas são concebidas. O enfoque mais adequado parece ser aquele que combina as dimensões técnica e política, no sentido em que é necessário conhecer tanto as circunstâncias e possibilidades políticas de atuação, quanto métodos, técnicas e instrumentos capazes de ampliar em quantidade e qualidade a oferta de bens e serviços.

Assim, como processo político que é, a gestão se dá em um ambiente caracterizado por tensões e conflitos, assimetria de informações, concorrência entre agente e outras questões que o modelo a ser adotado deve absorver e equacionar de maneira adequada .

A importância de solucionar essas questões está no risco de se instituir processos de cobrança e controle que se tornam um fim em si mesmo, sem gerar informações úteis e sem adicionar qualquer valor para obtenção de melhores resultados. A pactuação prévia entre a Secretaria de Administração e os órgãos executores, em relação às posições e aos papéis específicos na estrutura do modelo de gestão do PPA, pode minimizar a ocorrência desse tipo de conflito. No nível normativo, a lei que institui o presente PPA preconiza que *“a responsabilidade pelo monitoramento e avaliação do PPA coexiste com as competências específicas dos órgãos singulares e colegiados e das entidades do Poder Executivo”* (art.10).

Assim, o modelo de gestão do PPA 2018-2021 deve ser capaz de superar os aspectos críticos que impactam a gestão do PPA, por um lado, e, por outro, incorporar instâncias e instrumentos capazes de fazer valer os pressupostos de efetividade da gestão, a saber:

- Capacidade de articulação e coordenação interinstitucional da função Planejamento;
- Diálogo permanente e amplo com as instâncias e atores envolvidos, com foco nos resultados da ação governamental; e.
- Aprimoramento dos mecanismos de execução das políticas públicas.

O modelo de gestão proposto adota os seguintes princípios:

- a. Responsabilidade compartilhada entre órgãos finalísticos e sistêmicos para realização dos compromissos e alcance das metas de cada programa, com especial atenção para os temas transversais, distribuídos, por natureza, por



vários programas;

- b. Coexistência da estrutura e instrumentos de gestão do PPA com órgãos colegiados e dispositivos de gestão de programas e compromissos previamente organizados, com aproveitamento das estruturas de acompanhamento, monitoramento e avaliação existentes e foco na busca de informações complementares;
- c. Consideração das especificidades de implementação de cada política pública e da complementaridade entre elas;
- d. Articulação e cooperação interinstitucional para fins de produção e organização das informações relativas à gestão;
- e. Produção de informações estruturadas e tempestivas para subsidiar a tomada de decisões;
- f. Fortalecimento do diálogo com os entes federados com vistas à garantia de efetividade das políticas públicas;
- g. Consideração da localidade como campo de observação dos resultados das políticas públicas, de modo a aperfeiçoar os critérios de regionalização e integração das políticas; e
- h. Participação social como forma de conferir transparência à gestão.

Com base nesses princípios, o modelo de gestão PPA 2018-2021 deverá promover a articulação dos meios necessários para viabilizar a implementação das políticas públicas traduzidas nos programas. Para tanto, três condicionantes são considerados essenciais:

- a. A realização de ciclos anuais de planejamento que permitam fundamentar eventuais alterações do PPA para melhoria dos programas;
- b. A responsabilidade pela adequada execução do PPA compartilhada por toda a estrutura da Administração Municipal, na forma de instâncias de gestão operacional, político-institucional e político-estratégica articuladas pela sistemática de monitoramento;
- c. A efetiva participação dos conselhos de representação da sociedade que integram a estrutura do Executivo municipal, setoriais e territoriais, deliberativos e consultivos, existentes ou a serem instituídos no quadriênio, seja por meio da canalização de demandas sociais, seja por meio do monitoramento e avaliação participativos de programas ou compromissos específicos ou, ainda, pela avaliação dos resultados da execução do PPA.

Alguns conceitos não formalizados em planos plurianuais anteriores devem ser esclarecidos. Assim, os *ciclos anuais de planejamento* englobam a programação, a execução, o monitoramento bimestral ou trimestral, conforme o caso, de compromissos, iniciativas e metas, a avaliação anual de desempenho de programas, e, caso necessário, a revisão com vistas à incorporação de melhorias.

A instância de *gestão operacional* corresponde à gestão da execução de



compromisso de programa, cuja responsabilidade é da secretaria ou entidade da administração indireta em que estejam alocados os recursos orçamentários. Nessa instância, serão produzidas informações estruturadas e alternativas de solução para superação de restrições à execução das iniciativas e metas dos compromissos, quando condizentes com o nível de competência institucional do órgão ou entidade por eles responsável; quando a solução estiver fora do âmbito de competência, a demanda será encaminhada à instância de gestão político-institucional.

A instância de *gestão político-institucional*, por sua vez, corresponde à instância de gestão da execução de programa, cuja responsabilidade é compartilhada pelos titulares das secretarias ou entidades da administração indireta em que estejam alocados os recursos orçamentários referentes aos compromissos. Nessa instância, serão produzidas informações estruturadas e alternativas de solução para superação de restrições à execução do programa, de modo a subsidiar a tomada de decisão que dependa da pactuação entre secretarias.

Por fim, a instância de *gestão político-estratégica* corresponde à instância de decisão final do prefeito municipal sobre prioridades e alocação de recursos, tendo em vista a manutenção da aderência da ação governamental às diretrizes estratégicas deste PPA e ao Plano de Governo Participativo. Aqui são produzidas informações referentes aos cenários estratégicos, à viabilidade orçamentária e financeira, à articulação interinstitucional e aos resultados pactuados pelas secretarias, dentre outros, de modo a subsidiar a tomada de decisão pelo prefeito municipal no que diz respeito às restrições não resolvidas, adequadamente, nas demais instâncias.

Essas três instâncias sucessivas de gestão operam a sistemática de *monitoramento* em rede por intermédio de equipes interinstitucionais de assessoramento que informam tempestivamente, a instância seguinte quanto ao andamento dos compromissos e programas do PPA, em particular sobre as restrições ao desempenho, considerando a situação presente e as potenciais dificuldades que podem comprometer o alcance das suas metas. Apenas quando necessário são acionadas as salas de gestão, modo de operação dos colegiados institucionais integrados por secretários municipais.

Encerramos a apresentação do Plano Plurianual, reforçando mais uma vez que somente através do Planejamento estratégico é que poderemos encontrar ferramentas capazes de combater a desigualdade socioeconômica de forma sustentável. Mas que desse planejamento deverão brotar ações que deverão respeitar o homem e o espaço, integrando-o da forma mais equânime possível! Respeitando as



individualidades, mas, sobretudo buscando a coletividade como instrumento de sua realização.

Elaboração do PPA de 2018 a 2021 - Caracterização do Município

Município:	JUSSIAPÉ		
Prefeito:	ÉDER JAKES SOUSA AGUIAR		
Secretário de Administração e Planejamento	EVERTON NOVAIS		
Área Total	589,763 km ²	Vegetação Predominante	CAATINGA
População:	7.239	Região Geográfica	CHAPADA DIAMANTINA
Homens:	3.907	Principais Rios e Afluentes em seu território	RIO DAS CONTAS
Mulheres:	4.124	Possui Saneamento Básico?	SIM
Crianças (Até 5 anos):	350	Possui Aterro Sanitário	NÃO
Idosos (Acima de 65 anos):	1139	Possui em seu território Parques e Reservas ambientais ?	SIM
Principal Atividade Econômica	AGRICULTURA	Enfrenta Crise Hídrica ?	SIM
Possui atrativos Turísticos ? Qual ?	RIOS E CACHOEIRAS		
Possui datas culturais e/ou festejos ? Quais e em que datas?	PADROEIRA 02/02; CARNAVAL; SÃO JOÃO 24/06; ANIVERSÁRIO DA CIDADE 09/07.		

Com quais municípios faz fronteiras

Nome do Município	População	Via de acesso	Possui algum tipo de Relação (comercial, saúde, etc.?)
ABAÍRA	9.212	BA 148	NÃO
RIO DE CONTAS	13.581	BA 148	SIM
IBICOARA	19.578	BA 142/BA 900	NÃO
ITUAÇU	19.494	BA 142	NÃO
MUCUGÊ	10.096	BA 563 / BA 564	NÃO
BARRA DA ESTIVA	22.232	BA 142	NÃO

Principais acessos ao município e modais de transporte disponíveis

Nome(eroportos, estradas, etc.)	Tipo	Estado	Observações
ESTRADAS	BA	PAVIMENTADA	
ESTRADAS	BA	NÃO PAVIMENTADA	
ESTRADAS	VICINAL	NÃO PAVIMENTADA	

Quais são as principais localidades de seu município?

Nome	População Estimada	Descrição	Cenário
CARAGUATAÍ			
ESPINHO			

Elaboração do PPA de 2018 a 2021 - Caracterização do Município

Município:	JUSSIAPÉ		
SÃO JOSÉ			
PAIOL			
CRUZ			

O Município possui sistema de Saneamento Autônomo? Se sim informar abaixo o que se pede

Pretende Implantar o Sistema de Saneamento autônomo?

Qual a empresa que presta serviços de Saneamento em sue município?

Nome	CNPJ	Responsável	Cenário
EMPRESA BAHIANA DE ÁGUA E SANEAMENTO			

O Município possui Previdência Própria ? Se sim informar abaixo o que se pede

Nome	CNPJ	Responsável	Cenário

O Município possui outras empresas públicas? Se sim informar abaixo o que se pede

Nome	CNPJ	Responsável	Cenário

Outras observações relevantes

Elaboração do PPA de 2018 a 2021 - Caracterização do Município

Município:

JUSSIAPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

Quadro de Funções de Governo e Responsáveis

Funções	Subfunções	Órgão Responsável	Setor Responsável	Responsável
01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa	Câmara Municipal	Câmara Municipal	Presidente da Câmara
	032 - Controle Externo	Câmara Municipal	Plenário da Câmara	Veredores
02 - Judiciária	61 - Ação Judiciária	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Jurídico
	62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Jurídico
03 - Essencial à Justiça	91 - Defesa da Ordem Jurídica	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Jurídico
	92 - Representação Judicial e Extrajudicial	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Jurídico
04 - Administração	121 - Planejamento e Orçamento	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	122 - Administração Geral	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	123 - Administração Financeira	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	124 - Controle Interno	Controle Interno	Controle Interno	Controladora Interna
	125 - Normatização e Fiscalização	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	126 - Tecnologia da Informação	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	127 - Ordenamento Territorial	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	128 - Formação de Recursos Humanos	Secretaria de Administração	Departamento de Recursos Humanos	Chefe do Setor Pessoal
	129 - Administração de Receitas	Secretaria de Finanças	Setor de Tributos	Chefe do Setor de Tributos
	130 - Administração de Concessões	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	131 - Comunicação Social	Secretaria de Administração	Órgão da Transparência	Secretário de Administração
05 - Segurança Pública	181 - Policiamento	Secretaria de Administração	Guarda Municipal	Secretário de Administração
	181 - Policiamento 182 - Defesa Civil	Secretaria de Administração	Defesa Civil	Secretário de Administração
06 - Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretária de Assistência Social
	242 - Assistência ao Portador de	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretária de Assistência Social
	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretária de Assistência Social
	244 - Assistência Comunitária	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretária de Assistência Social
07 - Saúde	301 - Atenção Básica	Secretaria de Saúde	Coordenação de Atenção Básica	Coordenadora de Atenção Básica
	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Secretária de Saúde
	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Secretária de Saúde
	304 - Vigilância Sanitária	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Coordenador da Vigilância Sanitária
	305 - Vigilância Epidemiológica	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Coordenador da Vigilância
	306 - Alimentação e Nutrição	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Secretária de Saúde
08 - Educação	361 - Ensino Fundamental	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
	362 - Ensino Médio	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
	363 - Ensino Profissional	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
	364 - Ensino Superior	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
	365 - Educação Infantil	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
	366 - Educação de Jovens e Adultos	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
09 - Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
	392 - Difusão Cultural	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
10 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social	Secretaria de Assit. Social	Secretaria de Assit. Social	Secretária de Assit. Social
	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	Secretaria de Assit. Social	Secretaria de Assit. Social	Secretária de Assit. Social
11 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura
	452 - Serviços Urbanos	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura
	453 - Transportes Coletivos Urbanos	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura
12 - Habitação	481 - Habitação Rural	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	482 - Habitação Urbana	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura
13 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	512 - Saneamento Básico Urbano	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura
14 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	542 - Controle Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	543 - Recuperação de Áreas Degradadas	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	544 - Recursos Hídricos	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	545 - Meteorologia	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
15 - Agricultura	606 - Extensão Rural	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	607 - Irrigação	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	608 - Promoção da Produção Agropecuária	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	609 - Defesa Agropecuária (4)(I)	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
16 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	632 - Colonização	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
17 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	692 - Comercialização	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	694 - Serviços Financeiros	Secretaria de Agricultura	Secretaria de Agricultura	Secretário de Agricultura
	695 - Turismo	Secretaria de Turismo	Secretaria de Turismo	Secretário de Turismo
18 - Transporte	782 - Transporte Rodoviário	Secretário de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura	Coordenador de Transporte
19 - Desporto e Lazer	811 - Desporto de Rendimento	Secretaria de Cultura, esporte e	Secretaria de Cultura, esporte e	Secretário de Cultura, Esporte e Lazer
	812 - Desporto Comunitário	Secretaria de Cultura, esporte e	Secretaria de Cultura, esporte e	Secretário de Cultura, Esporte e Lazer
	813 - Lazer	Secretaria de Cultura, esporte e	Secretaria de Cultura, esporte e	Secretário de Cultura, Esporte e Lazer
20 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	842 - Refinanciamento da Dívida Externa	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	843 - Serviço da Dívida Interna	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	844 - Serviço da Dívida Externa	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças

Plano Plurianual 2018-2021

Quadro de Funções de Governo e Responsáveis

Funções	Subfunções	Órgão Responsável	Setor Responsável	Responsável
	846 - Outros Encargos Especiais	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPÉ

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

Diretrizes Estratégicas

Definição

Diretrizes macro estratégicas que servirão de referência para formulação de programas temáticos, elas refletem as principais áreas de atenção do governo e servirão de base para elaboração do PPA e pela busca do cenário esperado para o final do período.

Diretriz	Descrição
Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Socioprodutiva	Promover o desenvolvimento orientado para a redução das desigualdades entre os indivíduos, localidades, de forma ambiental e socialmente sustentável, com inclusão socioprodutiva
Redução da Pobreza Extrema	Garantir a prioridade na redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal
Educação e Cultura	Ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória;
Saúde e Assistência Social	Promover acesso universal à saúde e à assistência social com o aprimoramento dos sistemas, integração das ações, expansão e regionalização das redes, qualificação dos serviços e equidade de direitos;
Cidadania e Direitos Humanos:	Promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade;
Infraestrutura e Segurança Hídrica:	Fortalecer a segurança dos recursos hídricos e a infraestrutura produtiva, urbana, rural e social de qualidade, destacando a ampliação, o fortalecimento e a integração dos sistemas de logística, de saneamento, de energia, de comunicação e da sustentabilidade hídrica;
Meio Ambiente	Promover o desenvolvimento sustentável, a socioeconômica da biodiversidade e conservação dos biomas, bacias hidrográficas e recursos naturais;
Convivência com o Semiárido, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar:	Promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas, o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e os arranjos produtivos locais no meio rural
Desenvolvimento Produtivo e Turismo Sustentável	Promover o desenvolvimento da base produtiva com inclusão social, por meio da atração, estruturação e consolidação de setores estratégicos da economia, a exemplo da indústria, mineração, da agropecuária, do turismo, dos serviços intensivos em conhecimento, da economia criativa e do maior acesso à terra e à tecnologia
Desenvolvimento Urbano	Promover o desenvolvimento sistêmico das diversas áreas urbanas, com destaque para as ações de infraestrutura, habitação, mobilidade, saneamento, comunicação, qualidade ambiental e turismo;
Democracia e Participação Social	Garantir a participação da sociedade; ampliando o diálogo social, a transparência da ação pública, a comunicação social e fortalecendo as instâncias gestoras locais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

Eixo Estruturante

Definição

Os Eixos Estruturantes definem a situação macro estratégica, que agregam diferentes áreas temáticas, programas, compromissos e metas, que visam interferir numa realidade em geral, modificando-a através de diversas iniciativas e entregas. Ele é o caminho a ser percorrido para que se chegue ao final do quadriênio ao cenário projetado.

Eixo Estruturante	Descrição
Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	O eixo Estruturante proposto visa a utilização da gestão estratégica como forma de alavancar o desenvolvimento Socioeconômico, tudo isso em um contexto sustentável. As ações governamentais deverão estar pautadas no planejamento estratégico, tendo como finalidade o desenvolvimento social, de forma sustentável do ponto de vista ambiental e econômico.

Plano Plurianual 2018-2021

Temas Estratégicos

Definição

Os temas estratégicos nortearão os Programas, é através dos temas estratégicos que se estabelecerão os focos de atuação, do planejamento e das ações de governo que visem alcançar as metas e objetivos estratégicos que definem o eixo estruturante.

Tema	Justificativa
Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho	O combate a pobreza se dá efetivamente com a inclusão socioproductiva dos indivíduos em risco social no mundo do trabalho. Dessa forma faz-se necessário que sejam adotadas ações que visem o combate a pobreza, tanto através das ações diretas de assistência social, mas sobretudo pela capacitação destes indivíduos e sua respectiva inclusão no mercado de trabalho.
Desenvolvimento rural e agricultura familiar	A fixação do indivíduo no meio rural depende do desenvolvimento adequado de políticas que visem apoiar a agricultura familiar, bem como capacitar os indivíduos para exercerem funções em agroindústrias. Essas ações visam qualificar a vida no campo através de oferta de serviços e infraestrutura rural, garantir condições produtivas e de comercialização de produtos, facilitar e subsidiar quando necessário o crédito agrícola e buscar ações que visem a segurança e a saúde do homem do campo
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Desenvolvimento urbano sustentável e integrado, buscam sobretudo qualificar a infraestrutura urbana, os serviços e aparelhos públicos elevando a qualidade de vida dos indivíduos. Esse desenvolvimento não pode mais ser visto sem a necessária integração da sede do município, distritos e localidades, mas também com os municípios vizinhos. Com essa política de Integração, as potencialidades regionais sofreram inseminação significativa de maneira que o cidadão será beneficiado diretamente com a significativo aumento da qualidade de vida.
Saúde e assistência social	O indivíduo humano e o indivíduo social saudáveis são certamente a base de uma sociedade produtiva e sustentável. A inovação em áreas estratégicas de saúde, além de ampliar o acesso da população a produtos e serviços da saúde, figura como componente social da maior importância na estrutura econômica e produtiva. Trata-se, portanto, de elemento decisivo o desenvolvimento econômico e social.
Educação, conhecimento, cultura e esporte	A educação é sem dúvida o principal vetor de crescimento dos indivíduos e portanto da sociedade. O indivíduo social educa-se não somente através de conhecimento formal, afinal a educação é o resultado de aprendizados intelectuais, emocionais e culturais. Um indivíduo, socialmente pleno, deve ser educado portanto nestas áreas, assim Educação, Identidade, Cultura e Esporte, são fundamentais para um indivíduo pleno de suas faculdades e potencialmente produtivo.
Segurança pública cidadã	O problema da segurança pública é sem dúvida alguma um dos problemas sociais a serem combatidos com ações significativas. Ampliar a rede de segurança e integra-la, agindo de forma preventiva e através da repressão e combate ao crime, envolver a sociedade tanto no controle quanto nas ações sociais que visem o afastamento de jovens de situações de risco deve ser encarada como um dos principais meios de obtermos uma cidade segura.
Consolidação e diversificação da matriz produtiva	Para criação de um ambiente economicamente saudável, necessita-se de buscar a consolidação e implementação de vertentes economicamente viáveis, diversificando a base econômica. Podemos atingir essa consolidação através de melhora da empregabilidade, pela capacitação de mão de obra, pela criação oportunidades, apoiando as iniciativas, promovendo e estimulando as vocações econômicas, agindo como parte produtiva de uma região integrada.
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	A infraestrutura municipal deve ser vista como meio de interação dos indivíduos nas suas diversas relações. Ela deve ser vista como o principal meio facilitador do município na alavancagem econômica e social. Para que essas ações de fato promovam o crescimento social, elas devem principalmente, promover a qualidade de vida, a sustentabilidade e sobretudo a integração. O município deve ser visto como parte de um processo maior sem o qual seus indivíduos não promoverão um efetivo crescimento
Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Outra vertente que deve ser profundamente observada é a questão do meio ambiente, da segurança hídrica, da economia verde e a sustentabilidade. Até pouco tempo os homens de forma geral, trataram o ambiente que o circunda como mero fornecedor de suas necessidades, sem se preocupar com a capacidade limitada deste em fornecer-las. Mais recentemente o foco na sustentabilidade, bem como na intensificação da convivência humana com recursos hídricos cada vez mais escassos levou a rever nossas condutas, evidenciando ser necessária a atuação humana para manutenção do meio ambiente, tanto para garantir a sustentabilidade de suas ações quanto para reversão da degradação. Neste sentido destaca-se a economia verde e a sustentabilidade como mecanismos desse novo posicionamento.
Geração, cidadania e direitos humanos	Um estado democrático de direito, tem como alicerce a atuação cidadã e o respeito aos direitos individuais e coletivos. Somente o fortalecimento destas atividades levará a sociedade a desenvolver de maneira mais justa e igualitária. Para essa finalidade as ações governamentais deverão pautar-se na condução de processos que estimulem o comportamento cidadão, fazendo crescer nos indivíduos a visão de que suas ações devem ser pautadas na boa conduta, no respeito a lei e suas instituições. Em contra partida o estado deverá garantir os direitos humanos, buscando ações que visem garantir a saúde, a dignidade, a segurança alimentar, a liberdade e o acesso a produtos e serviços públicos.
Gestão governamental e governança socioeconômica	Gerir e dirimir conflitos de interesse, potencializando os resultados das ações governamentais. Recursos escassos, prioridades crescentes e plurais, precisam ser vistas com efetiva capacidade de gestão, planejamento e controle, de maneira a maximizar os recursos e garantir adequada segurança social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

Programas

Definição

Conjunto de ações que visam manter ou alterar características tratadas pelos Temas estratégicos, compostos de compromissos, metas e iniciativas regionalizadas

Temas Estratégicos	Programa	Ementa
Cidadania e Direitos Humanos	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa
	Criança e Adolescente	Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes
	Terceira Idade	Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso à educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social
	Mulher, sexo forte	Assegurar proteção ampla a mulher, garantindo seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadão produtivo.
Consolidação e diversificação da matriz produtiva	Diversificar, fortalecer a economia municipal	Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria, mineração e comércio
Desenvolvimento rural e agricultura familiar	Regularização Fundiária rural	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis, e auxílio as esferas estaduais e federais na promoção e democratização do acesso a terra
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Regularização Fundiária urbana	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis urbanos
	Mais infraestrutura, mais desenvolvimento, mais qualidade de vida	Ampliar e modernizar a infraestrutura urbana do município
Educação, conhecimento, cultura e esporte	Fortalecimento da Educação Básica	Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão
	Cidadania, esporte e lazer	Fortalecer a estrutura do desporto, para-desporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população
Gestão Governamental e governança socioeconômica	Planejamento e Gestão estratégica	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social
	Gestão Fiscal	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social
	Modernização da Gestão Pública	Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas
	Fortalecimento da Ação Legislativa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	Viver com Dignidade	Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores do município com o objetivo de assegurar o padrão de sustentabilidade nas cidades
Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Água, bem de todos	Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais, e do subsolo afim de garantir condições adequadas para a utilização consciente do recursos e quando possível a produção sustentável de alimentos.
	Menos Lixo, menos pobreza	Preservar o meio-ambiente, através de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, pela criação de políticas municipais de incentivo ao manejo adequado destes resíduos, tornando essa prática rentável e socialmente inclusiva.
	Sustentabilidade Ambiental	Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais
Pobreza, inclusão socioproductiva e o mundo do trabalho	Proteção Social	Combater a pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo às famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social - Cadastro Único
	Mais produção, mais dignidade, mais liberdade	Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, pessoas em situação de pobreza, consideradas a potencialização de suas capacidades e de suas vocações. Bem como a profissionalização dos sistemas produtivos existentes no município.

Saúde e assistência social	Segurança Alimentar e combate a Fome	Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural, mas que sobretudo privilegiem as potencialidades do nosso município.
	Saúde com acesso amplo e seguro	Buscar a sustentabilidade da saúde , ampliando seu conceito de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

Indicadores

Definição

Os indicadores são utilizados para aferir a situação que se pretende mudar, manter, ou mesmo qualificar de forma objetiva, possibilitando ao final das ações ou de ciclos definidos verificar a eficácia destas ações quanto a alteração e ou manutenção de determinadas características.

Programa	Ementa	Indicador	Unidade de Medida	Memória de Calculo
Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa	Numero de denúncias de violação dos direitos humanos	%	Numero de denúncias do exercício X / Numero de denúncias do Exercício X-1
Criança e Adolescente	Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes	Percentual de Crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil	%	Numero de Crianças e adolescentes em situação de trabalho / População de Crianças e adolescentes
		Percentual de Crianças e adolescentes em situação violação dos seus direitos	%	Numero de Crianças e adolescentes em situação de violação de direitos / População de Crianças e adolescentes
Terceira Idade	Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso à educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social	Percentual de idosos atendidos pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos	%	Numero de idosos atendidos pelos Serviços / População de Idosos
		Percentual de Idosos em situação de violação dos seus direitos	%	Numero de Idosos em situação de violação de direitos / População de idosos
Mulher, sexo forte	Assegurar proteção ampla a mulher, garantindo seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadão produtivo.	Percentual de ocorrências registradas de violência a mulher	%	Número de ocorrências do exercício X / Numero de ocorrências do exercício X-1
		Percentual de mulheres atendidas pelos serviços de proteção e apoio.	%	Número de mulheres em risco / Numero de mulheres atendidas
		Percentual de mulheres que se tornaram socialmente produtivas	%	Numero de Mulheres socialmente produtivas / Numero de Mulheres em idade produtiva
Diversificar, fortalecer a economia municipal	Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria, mineração e comércio	Variação do IVA no exercício	%	Índice de Valor adicionado do exercício X / Índice de Valor adicionado do exercício X-1
		Variação do numero de atividades que contribuem para formação do IVA	Unidade	Atividades econômicas que contribuem para o VIA no ano X - Atividades econômicas do Exercício X-1
		Variação do estoque de empregos formais	%	Numero de vagas de emprego do exercício X / Numero de vagas de emprego do exercício X - 1
Regularização Fundiária rural	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis, e auxilio as esferas estaduais e federais na promoção e democratização do acesso a terra	Variação do numero de propriedades rurais sem o registro adequado de propriedade	Unidade	Número de Propriedades sem registro no exercício X / Numero de propriedades sem registro no exercício X-1

Regularização Fundiária urbana	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis urbanos	Variação do número de propriedades urbanas sem o registro adequado de propriedade	Unidade	Número de Propriedades sem registro no exercício X / Número de propriedades sem registro no exercício X-1
Mais infraestrutura, mais desenvolvimento, mais qualidade de vida	Ampliar e modernizar a infraestrutura urbana do município	Percentual de estradas municipais com boas condições de trafegabilidade	%	Km Números de vias em bom estado de trafegabilidade / Km das malhas viárias
		Percentual de avenidas e ruas do município pavimentadas	%	Número de avenidas e ruas pavimentadas / Número total de ruas e avenidas
		Aparelhos Públicos para o uso comum por habitante	hab./unidade	Numero de habitantes / Números de aparelhos públicos de usos comum
Fortalecimento da Educação Básica	Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar	Variação do Ideb - Anos iniciais do ensino fundamental	%	Ideb exercício X / IDEB do exercício X
		Variação do Ideb - Anos finais do ensino fundamental	%	Ideb exercício X / IDEB do exercício X
		Evasão Escolar	%	Números de alunos evadidos / Numero de alunos matriculados
		Percentual de Disponibilidade de Vagas na rede municipal	%	Números de crianças em idade escolar/ Números de vagas na rede municipal
		Índice de Reprovação	%	Numero de alunos reprovados / Números de alunos matriculados
Cidadania, esporte e lazer	Fortalecer a estrutura do desporto, para-desporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e	Número de Equipamentos disponibilizados	Unidade	Total de Aparelhos para o desporto e o lazer em funcionamento durante o período
		Número de Eventos Realizados	Unidade	Total de eventos esportivos e culturais realizados durante o período
Planejamento e Gestão estratégica	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social	Programa Continuado de apoio a maquina administrativa	NSA	NSA
Gestão Fiscal	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social	Programa Continuado de apoio a maquina administrativa	NSA	NSA
Modernização da Gestão Pública	Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas	Programa Continuado de apoio a maquina administrativa	NSA	NSA
Fortalecimento da Ação Legislativa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros	Programa Continuado de apoio a Atividade Legislativa	NSA	NSA
Viver com Dignidade	Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores do município com o objetivo de assegurar o	Déficit habitacional relativo	%	Total de Famílias sem casa própria / Total de Famílias
		Domicílios Adequados	%	Total de domicílios inadequados/Total de domicílios

Água Viva - Sertão Forte	Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais, e do subsolo afim de garantir condições adequadas para a utilização consciente do recursos e quando possível a produção sustentável de alimentos.	Percentual de população urbana atendida com abastecimento de água	%	Numero de famílias com abastecimento de agua / Numero total de famílias
		Percentual de população rural atendida com abastecimento de água	%	Numero de famílias com abastecimento de agua / Numero total de famílias
		Percentual de famílias sem instalações sanitárias adequadas	%	Numero de Famílias sem acesso a instalações sanitárias / Número de Famílias
		Percentual de habitações urbanas atendidas por esgotamento sanitário adequado	%	Numero de habitações com esgotamento sanitário / Numero de habitações
		Mananciais protegidos	%	Numero de mananciais com intervenção/ total de mananciais
Menos Lixo, menos pobreza	Preservar o meio-ambiente, através de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, pela criação de políticas municipais de incentivo ao manejo adequado destes resíduos, tornando essa prática rentável e socialmente inclusiva.	Percentual de População Urbana atendida por coleta de Lixo	%	População atendida pela coleta de lixo / População Total
		Percentual de População Rural atendida por coleta de Lixo	%	População atendida pela coleta de lixo / População Total
		Percentual de Lixo reciclável direcionada reaproveitadas	%	Total de Lixo reciclável reaproveitado / Total de Lixo Reciclável Produzido
		Percentual de Lixo com destinação adequada	%	Toneladas de Lixo com destinação adequada / Toneladas de Lixos Produzidas
Sustentabilidade Ambiental	Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e	% de áreas de risco ambiental sob proteção legal	%	área de risco protegida/ área de risco total
		Percentual da área de proteção fiscalizada e monitorada	%	área fiscalizada / área de proteção total
Proteção Social	Combater à pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo às famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência	Percentual de famílias em risco social protegidas	%	Famílias com cobertura de programas sociais / famílias em risco
Mais produção, mais dignidade, mais liberdade	Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, pessoas em situação de pobreza, consideradas a potencialização de suas capacidades e de suas vocações. Bem como a profissionalização dos sistemas produtivos existentes no município.	Numero de Cidadãos em idade produtiva atendidos por programas de estímulo a produção e formação profissional	Unidade	Total de cadastrados nos programas de estímulo a produção e formação profissional
Segurança Alimentar e combate a Fome	Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações Inter setoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural, mas que sobretudo privilegiem as potencialidades do nosso	Indivíduos em situação de fome e/ou em insegurança alimentar	%	Famílias atendidas por ações/ Famílias em risco alimentar e em situação de fome identificadas
Saúde com acesso amplo e seguro	Buscar a sustentabilidade da saúde , ampliando seu conceito de modo que contemple outros aspectos	Percentual de cobertura populacional pela Saúde da Família	%	População coberta pelo P.F. / População Total
		Taxa de Mortalidade Infantil	%	Número de óbitos de crianças de até 5 anos/ população de até 5 anos
		Taxa de Cobertura vacinação em crianças	%	Numero de Crianças com cobertura vacinal atualizada/ Total de crianças

Saúde com acesso amplo e seguro	além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica	%	Número de internações por causas sensíveis selecionadas à Atenção Básica / Total de internações clínicas
		Taxa de retenção de casos regulados	%	Numero de regulações não atendidas / Numero total de regulações

X-1 Ano de Referência

X - Ano medido

Os valores obtidos para os indicadores cuja a unidade de medida seja percentual deverão ser multiplicados por 100

Plano Plurianual 2018-2021

ANEXO I - RESUMO

Eixo Estruturante	Temas Estratégicos	Programa	Órgão Responsável	Valor
Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	Pobreza, inclusão socioproductiva e o mundo do trabalho	Proteção Social	Secretaria de Assistência Social	2.898.224,84
	Saúde e assistência social	Segurança Alimentar	Secretaria de Assistência Social	329.686,37
	Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Água, bem de todos	Secretaria de Obras e Infraestrutura	362.655,01
	Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Menos Lixo, menos pobreza	Secretaria de Obras e Infraestrutura	329.686,37
	Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Regularização Fundiária urbana	Secretaria de Administração	263.749,10
	Desenvolvimento rural e agricultura familiar	Regularização Fundiária rural	Secretaria de Agricultura	230.780,46
	Pobreza, inclusão socioproductiva e o mundo do trabalho	Mais produção, mais dignidade, mais liberdade	Secretaria de Agricultura	263.749,10
	Saúde e assistência social	Saúde com acesso amplo e seguro	Secretaria de Saúde	18.925.046,47
	Educação, conhecimento, cultura e esporte	Fortalecimento da Educação Básica	Secretaria de Educação	25.609.431,94
	Educação, conhecimento, cultura e esporte	Cidadania, esporte e lazer	Secretaria de Cultura, esporte e Lazer	2.909.581,48
	Cidadania e Direitos Humanos	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania		395.623,65
	Cidadania e Direitos Humanos	Criança e Adolescente	Secretaria de Assistência Social	234.624,60
	Cidadania e Direitos Humanos	Terceira Idade	Secretaria de Assistência Social	230.780,46
	Cidadania e Direitos Humanos	Mulher, sexo forte	Secretaria de Assistência Social	197.811,82
	Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Mais infraestrutura, mais desenvolvimento, mais qualidade de vida	Secretaria de Obras e Infraestrutura	12.422.991,21
	Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	Viver com Dignidade	Secretaria de Obras e Infraestrutura	329.686,37
	Consolidação e diversificação da matriz produtiva	Diversificar, fortalecer a economia municipal	Secretaria de Agricultura	263.749,10
	Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Sustentabilidade Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente	230.780,46
	Gestão Governamental e governança socioeconômica	Planejamento e Gestão estratégica	Secretaria de Administração	11.758.571,16
	Gestão Governamental e governança socioeconômica	Gestão Fiscal	Secretaria de Finanças	7.100.767,29
Gestão Governamental e governança socioeconômica	Modernização da Gestão Pública	Secretaria de Administração	1.570.639,07	
Gestão Governamental e governança socioeconômica	Fortalecimento da Ação Legislativa	Câmara Municipal	4.943.476,91	
				91.802.093

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

Anexo I

Eixo Estruturante	Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável			
Área Temática	Pobreza, inclusão socioprodutiva e o mundo do trabalho			
Programa	Proteção Social			
Ementa	Combater a pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas			
Recursos	R\$			2.898.224,84
Indicador		unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadriênio
			Data Índice	
Percentual de cobertura de Famílias em risco social Protegidas Socialmente		%	2010 80%	100%
Compromisso	Assegurar que todas as famílias vulneráveis estejam incluídas no cadastro Único de programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com condições de inclusão às políticas públicas, por meio do permanente e efetivo apoio as atividades de Gestão do Bolsa Família no âmbito Municipal			
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social			
Meta	Garantir cadastro de todas as famílias do município que estejam em risco social, através de busca ativa, atualização constante de dados e apoio a manutenção de registro civil, e combate ao sub-registro			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento		Unidade de Medida	
Todo o Município	100%		Famílias em risco social	
Entrega/Iniciativa	Implantação de rede de agentes de desenvolvimento social para realização da busca ativa			
	Implantação da ouvidoria do programa Bolsa Família			
	Mobilização para erradicação do sub-registro civil			
	Capacitação de técnicos municipais para atuarem como instrutores e entrevistadores do programa Bolsa Família			
	Capacitação de gestores municipais para utilização do Cadastro Único - CadÚnico como ferramenta			
	Elaboração dos programas complementares			
	Acompanhamento e monitoramento das ações do programa Bolsa Família			
	Apoio a capacitação das instâncias de controle social municipal do programa Bolsa Família			
Compromisso	Fortalecer o convívio familiar, comunitário e social para contribuir com a garantia de Direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social			
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social			
Meta	Promover o atendimento a famílias do Cadastro Único - CadÚnico e beneficiárias do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC, atendidas em serviços socioassistenciais			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento		Unidade de Medida	
Todo o município				
Entrega/Iniciativa	Ampliação do atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS			
	Reforma e construção de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS			
	Capacitação de operadores responsáveis por serviços socioassistenciais			
	Capacitação de grupos gestores locais do programa de Benefício de Prestação Continuada - BPC			
Compromisso	Ampliar a proteção Integral a Famílias e Indivíduos em Risco Social			
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social			
Meta	Promover o atendimento as pessoas com direitos violados através de Serviços de Proteção Especial			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento		Unidade de Medida	
Todo o município				
Entrega/Iniciativa	Implantação /Ampliação do atendimento nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS			
	Reforma e construção de Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS			
	Capacitação de operadores responsáveis por serviços socioassistenciais			
	Implantação de Consórcio Intermunicipal de Proteção Especial			
	Capacitação de instituições públicas e privadas que ofertam serviços de alta complexidade de forma regular			
Área Temática	Saúde e assistência social			
Programa	Segurança Alimentar			
Ementa	Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural, mas que sobretudo privilegiem as potencialidades do nosso município.			
Recursos	R\$			329.686,37
Indicador		unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadriênio
			Data Índice	
Indivíduos sob Insegurança Alimentar no município		%		

Compromisso	Garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional		
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social		
Meta	Ampliar o número de beneficiários com programas de aquisição e distribuição de alimentos		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o município	500	Pessoas Atendidas	
Meta	Beneficiar pequenos produtores de alimentos, através da aquisição de suas produções.		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o município	500	Produtores Beneficiados	
Entrega/Iniciativa	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar através do PAA - Estadual		
	Implantação do Programa Municipal de Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar - Pro-AMA		
	Implantação de Unidade coletivas de produção de Alimentos		
	Distribuição de Cestas Básicas para a população submetida a risco e insegurança alimentar		
	Implantação de Centro Municipal de Segurança Alimentar		

Compromisso	Promover a segurança alimentar de famílias inscritas no Cadastro Único – CadÚnico, em locais de potencialidade para a pesca artesanal, aquicultura, núcleos produtivos rurais, urbanos e periurbanos		
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social		
Meta	Apoiar a inclusão de famílias no processo produtivo		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o município	500	Pessoas Atendidas	
Entrega/Iniciativa	Realização de Cursos de Capacitação para produção de alimentos para o auto sustento e comercialização		
	Realização de Cursos de Capacitação profissional, nas áreas de potencialidade do município		
	Implantação de sistemas coletivos de produção para o auto consumo		
	Promoção as cadeias do artesanato, extrativismo sustentável e comercialização dos produtos artesanais		
	Celebração de Parcerias entre o município e Organizações Sociais		

Área Temática	Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade			
Programa	Água, bem de todos			
Ementa	Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais, e do subsolo afim de garantir condições adequadas para a utilização consciente do recursos e quando possível a produção sustentável de alimentos.			
Recursos	R\$			362.655,01
	Indicador	unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadriênio
			Data	Índice
	Percentual da População Urbana Atendida com Abastecimento de Água	%	2016	95,00
	Percentual da População Rural Atendida com Abastecimento de Água	%	2016	80,00
	Percentual da População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário	%	2016	5,00
				30

Compromisso	Promover o desenvolvimento social e sustentável, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza e/ou em convívio com escassez de recursos hídricos		
Órgão Responsável	Secretaria de Obras e Infraestrutura		
Meta	Construção de Cisternas de consumo e de cisternas coletivas de produção		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Região 1	200	Cisternas	
Meta	Construção de água, Barragens e Açudes		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Região 1	10	Unidades	
Meta	Implantação e ampliação de Sistemas Simplificados de abastecimentos de água rural		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Região 1	10	Sistemas	
Meta	Ampliar a oferta de água na sede, distritos e localidades		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Região 1	20	%	
Entrega/Iniciativa	Construção de Cisternas		
	Construção de água, Barragens e Açudes		
	Implantação de Sistemas simplificados de abastecimento de água		
	Perfuração de Poços Artesianos		
	Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento		
	Aquisição de materiais e equipamentos		
	Implantação de sistemas de captação de água fluvial para uso nas localidades e residências isoladas		
	Aquisição de materiais e equipamentos		
	Implantação de sistemas de captação e tratamento das águas Cinzas para reuso		
	Aquisição de materiais e equipamentos para dessalinização		
	Implementação de políticas municipais de conservação e gestão dos recursos Hídricos		
	Implantação do programa de Restauração de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente		
	Formação inicial e continuada com ênfase na sustentabilidade dos recursos hídricos - Universidade das Águas		

Compromisso	Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas		
Órgão Responsável	Secretaria de Obras e Infraestrutura		
Meta	Ampliar o acesso a população em situação de pobreza a instalações sanitárias adequadas, com destinação adequada de resíduos		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Região 1	200	Unidade	

Meta	Estimular o reuso das águas Cinzas, implantação de sistemas de reaproveitamento das águas e resíduos para atividades sustentáveis		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Região 1	200	Unidades	

Entrega/Iniciativa	Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares		
	Implementações de ações de educação socioambiental		
	Implantação de Sistemas simplificados de aproveitamento de águas Cinzas		
	Implantação de Sistemas de Coleta de água Pluviais		
	Implantação de Barragens Subterrâneas		
	Implantação de Sistemas de saneamento		

Área Temática	Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade		
Programa	Menos Lixo, menos pobreza		

Ementa
Preservar o meio-ambiente, através de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, pela criação de políticas municipais de incentivo ao manejo adequado destes resíduos, tornando essa prática rentável e socialmente inclusiva.

Recursos	R\$	329.686,37		
	Indicador	unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadrênio
			Data	Índice
	Percentual da População Urbana Atendida com coleta de Lixo	%	2016	95,00
	Percentual da População Rural Atendida com coleta de Lixo	%	2016	60,00
	Lixo com destinação Adequada	%	2016	0,00
				100
				90
				50

Compromisso	Promover o desenvolvimento social e sustentável, através de atividades de gestão de resíduos sólidos, tornando-o sócio e ambientalmente correta.		
Órgão Responsável	Secretaria de Obras e Infraestrutura		
Meta	Implantação de Aterro Sanitário no Município		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	Aterro Sanitário	

Meta	Implantação do Centro de Reciclagem do Município		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	Centro de Reciclagem	

Meta	Implantação do aterro de compostagem e destinação de lixo orgânico do município		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	Centro de Tratamento de Lixo Orgânico	

Entrega/Iniciativa	Elaboração de estudo para gestão de resíduos sólidos		
	Implementações de ações de educação socioambiental		
	Implantação do Centro de Reciclagem do Município		
	Apoio a criação e manutenção de associações com o objetivo de gerir as atividades de reciclagem e artesanato, e comercialização dos produtos originários desta atividade		
	Aquisição de equipamentos		
	Implantação de aterro sanitário consorciado ou não		
	Implantação de Coleta seletiva com estímulo a participação das Famílias do município		

Área Temática	Desenvolvimento urbano integrado e sustentável		
Programa	Regularização Fundiária urbana		

Ementa
Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis, e auxílio as esferas estaduais e federais na promoção e democratização do acesso a terra

Recursos	R\$	263.749,10		
	Indicador	unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadrênio
			Data	Índice
	Percentual de imóveis a serem regularizados para fins urbanos e de reforma agrária	%		

Compromisso	Ampliar e intensificar a regularização de terras por meio de ações discriminatórias administrativas urbanas e rurais.		
Órgão Responsável	Secretaria de Obras e Infraestrutura		
Meta	Regularização da Titulação de posse de imóveis		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	60	%	

Meta	Fomento a Titularização de feminina de posse de imóveis		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	

Entrega/Iniciativa			
--------------------	--	--	--

Apoio a ações estaduais que visem a emissão de Títulos de Terra
 Discriminação e reconhecimento de áreas urbanas
 Apoio e regularização das posses Urbanas
 Apoio as ações do programa nacional de Reforma Agrária
 Implantação e manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
 Apoio aos assentamentos de reforma agrária no território do município
 Apoio ao pequeno agricultor
 Aquisição de equipamentos

Área Temática	Pobreza, inclusão socioproductiva e o mundo do trabalho			
Programa	Mais produção, mais dignidade, mais liberdade			
Ementa				
Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, pessoas em situação de pobreza, consideradas a potencialização de suas capacidades e de suas vocações. Bem como a profissionalização dos sistemas produtivos existentes no município.				
Recursos	R\$	263.749,10		
	Indicador	unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadriênio
			Data	Índice
	Número de cidadãos assistidos por programas de estímulo a produção e formação profissional.	%		

Compromisso	Promover a inclusão produtiva de famílias inscritas no Cadastro Único - CadÚnico			
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social			
Meta	Promover a inclusão das famílias do CadÚnico no processo produtivo			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	200	Famílias		

Entrega/Iniciativa
 Prestação de assistências aos empreendimentos populares urbanos
 Disponibilização de Insumos e equipamentos para viabilização de processos produtivos coletivos e individuais
 Implantação, qualificação e manejo de arranjos produtivos.
 Implementação de cursos profissionalizantes e capacitantes.

Compromisso	Incluir produtivamente comunidades tradicionalmente com atividade de subsistência, pequenos produtores através do associativismo e fomento a empreendimentos populares individuais e coletivos.			
Órgão Responsável	Secretaria de Obras e Infraestrutura			
Meta	Apoiar e implantar projetos de inclusão produtiva em todo o município			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	200	Famílias		

Entrega/Iniciativa
 Prestação de assistências aos empreendimentos populares urbanos
 Disponibilização de Insumos e equipamentos para viabilização de processos produtivos coletivos e individuais
 Implantação, qualificação e manejo de arranjos produtivos.
 Implementação de cursos profissionalizantes e capacitantes.
 Implantação, ampliação e recuperação de infraestrutura social de apoio a produção e comercialização
 Implantação, ampliação e recuperação de unidades de produção e beneficiamento
 Capacitação de técnicos e produtores rurais
 Implantação de Agrovilas e Agropolos
 Construção, Reforma e Ampliação do Mercado Produtor
 Assistência técnica a produtores rurais

Compromisso	Apoiar ações que visem aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar, com investimento nas principais cadeias produtivas			
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura			
Meta	Atender agricultores familiares nas diversas cadeias produtivas apoiando as ações de outras esferas de governo, bem como implantando políticas municipais que capacitem essas famílias a tornarem-se fornecedores do poder público			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	200	Famílias		

Entrega/Iniciativa
 Aquisição e distribuição de pequenos animais
 Aquisição e distribuição de insumos e equipamentos
 Capacitação de agricultores
 Criar selos de qualidade e fiscalizando e qualificando os produtos regionais
 Apoiar publicitariamente os produtos produzidos regionalmente através de mecanismos adequados de divulgação
 Aquisição de kits de comercialização para feiras livres

Compromisso	Incluir e apoiar agricultores no programa Garantia Safra para garantir indenizações em caso de perda da lavoura, bem como na obtenção de créditos			
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura			
Meta	Assegurar a inclusão de agricultores no programa Garantia Safra, bem como apoiar o pequeno agricultor na captação de recursos através de microcrédito			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	200	Famílias		

Entrega/Iniciativa	
Adesão ao programa Garantia Safra	
Apoiar o pequeno agricultor para que ele possa aderir ao programa Garantia Safra	
Criar estrutura administrativa que vise apoiar administrativamente o pequeno agricultor	
Identificar linhas adequadas de crédito, informar e apoiar administrativamente o pequeno agricultor na obtenção destes recursos	

Área Temática	Saúde e assistência social		
Programa	Saúde com acesso amplo e seguro		
Ementa			
Buscar a sustentabilidade da saúde, ampliando seu conceito de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos			
Recursos	R\$	18.925.046,47	
Indicador	unidade de medida	Referência	
		Data	Índice
Índice Esperado ao final do Quadriênio			
Proporção da Cobertura Populacional Estimada pela Estratégia da Saúde da Família	%	2021	100,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Por mil	2021	1,96
Taxa de Cobertura de Vacinação em crianças de até 5 anos	%	2021	85,00

Compromisso	Ampliar as ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças e agravos		
Órgão Responsável	Secretária de Saúde		
Meta	Obter cobertura adequada em imunizações de acordo com as faixas etárias e programas nacionais no âmbito do SUS		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	UND	
Meta	Ampliar as ações de vigilância em saúde garantindo sua atuação integral no âmbito do município		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	UND	
Meta	Fortalecer os programas de atendimento ativo, buscando intensificar o combate as endemias.		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	Centro de Tratamento de Lixo Orgânico	

Entrega/Iniciativa	
Implementação da Gestão Integral de vigilância em Saúde no âmbito municipal	
Implementações das ações de vigilância epidemiológica	
Implementações de Campanha de vacinação e aumento da oferta de vacinas nos postos de Saúde	
Criar selos de qualidade e fiscalizando e qualificando os produtos regionais	

Compromisso	Fortalecer a Atenção Básica efetivando a mudança do Modelo de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS		
Órgão Responsável	Secretária de Saúde		
Meta	Construir e reformar as unidades de saúde para atenção Básica, melhorando a qualidade da infraestrutura destinada a Saúde da Família		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	2	UND	
Meta	Ampliar a cobertura de saúde da família buscando atuar em 100% do território municipal		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	

Entrega/Iniciativa	
Implantação de Políticas Municipais de Monitoramento da Atenção Básica	
Implantação de Academias da Saúde	
Reforma e/ou construção de unidades de saúde da família	
Implementação de ações de educação permanente para usuários e profissionais da atenção básica	
Garantir oferta de medicamentos do componente básico de assistência farmacêutica para todos os usuários do SUS no âmbito do município	
Implantação do melhor em casa	
Construção da nova central de armazenamento e distribuição de medicamentos	

Compromisso	Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS		
Órgão Responsável	Secretária de Saúde		
Meta	Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	1	UND	

Entrega/Iniciativa	
Implantação da Política de Alimentação e Nutrição	
Implementação dos serviços de Atenção Integral à Saúde da Criança	
Implementação dos serviços de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem	
Implementação dos serviços de Atenção Integral à Saúde da Mulher	
Implantação serviços de atenção integral à Saúde do Homem	
Implantação de serviços de atenção à gestante adolescente, com foco na prevenção da segunda gestação não planejada	
Ampliação dos serviços de saúde bucal do município	
Organização da Rede de Atenção ao Diabetes, Hipertensão e Obesidade	

Compromisso	Garantir aos usuários do SUS do município acesso aos procedimentos de internação de Média e Alta Complexidade - MAC, através de atuação junto as estâncias do estado e da união, ou através de recursos do próprio município em 100% das demandas e em prazos razoáveis as especificidades das demandas.		
-------------	--	--	--

Órgão Responsável	Secretária de Saúde	
Meta	Participar proativamente da rede de regulação, garantindo o interesse do cidadão e o acesso aos serviços - MAC	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	1	

Entrega/Iniciativa

Garantia do acesso da população ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD
 Contratualização / credenciamento de unidades e serviços de saúde
 Construção de policlínicas
 Construção e/ou reforma de hospitais
 Reforma e ampliação de unidades da rede própria de Saúde
 Implantação de serviços de atenção à gestante adolescente, com foco na prevenção da segunda gestação não planejada
 Implantação do núcleo Jurídico de Defesa dos interesses da Saúde do Cidadão
 Informatizar a gestão do processos de saúde e Central de marcação do Município
 Contrução do Hospital Municipal

Compromisso	Garantir serviços para o cuidado materno-infantil no Sistema Único de Saúde -SUS-Bahia, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de vida e a redução da morbimortalidade	
Órgão Responsável	Secretária de Saúde	
Meta	Reduzir anualmente em 5% a razão da mortalidade infantil e materna no âmbito municipal	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	5	%

Entrega/Iniciativa

Qualificação de profissionais na atenção materna e neonatal
 Implantação de bancos de leite humano
 Estruturação e qualificação da rede de atenção ao pré-natal
 Implantação de casas de apoio à gestante e ao recém nascido
 Implantação do transporte inter-hospitalar para atenção materno-infantil
 Cadastro e qualificação de parteiras e doulas comunitárias

Compromisso	Promover a atenção integral as pessoas com transtorno mental e/ou usuário de álcool, Crack e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia	
Órgão Responsável	Secretária de Saúde	
Meta	Ampliar a disponibilidade dos serviços dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, passando a ofertar os componentes do CAPS AD (álcool e outras drogas) e CAPS III, além de garantir ampliação das ações, tendo em vista a inclusão social e econômica dos seus usuários e familiares	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	5	%

Entrega/Iniciativa

Implantação de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD
 Implantação de Centros de Atenção Psicossocial Infância e Adolescência - CAPS IA
 Qualificação dos profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação
 Implantação de práticas integrativas e complementares para a saúde mental
 Estruturação dos serviços farmacêuticos nos CAPS
 Implantação de ações de inclusão social por meio da Economia Solidária

Compromisso	Garantir acesso humanizado a rede de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia	
Órgão Responsável	Secretária de Saúde	
Meta	Garantir ao usuário do SUS do município, acesso aos serviços de emergência e urgência médica	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	5	%

Entrega/Iniciativa

Ampliação/instalação do SAMU 192
 Buscar Implantação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA regionais, de maneira consorciada ou não
 Integração da rede de urgência e emergência às linhas de cuidado
 Implantação de práticas integrativas e complementares para a saúde mental
 Estruturação dos serviços farmacêuticos nos CAPS
 Implantação de ações de inclusão social por meio da Economia Solidária

Compromisso	Ampliar a qualidade do Sistema Único de Saúde - SUS, modernizando e fortalecendo os mecanismos de gestão e expandindo sua base científica, tecnológica e produtiva além de qualificar e estimular o controle social	
Órgão Responsável	Secretária de Saúde	
Meta	Qualificar a gestão do SUS no âmbito municipal, atuar proativamente no controle, planejamento e deliberação das políticas estaduais para o SUS, garantindo a defesa do interesse do município nas deliberações intergestores	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	1	Gestão da Saúde

Entrega/Iniciativa

Garantir Representação na gestão colegiada do SUS-Bahia
 Garantir a inclusão no Plano Diretor de Regionalização - PDR e no Plano Diretor de Investimentos - PDI, das demandas do Município
 Revisão, adequação e monitoramento da Programação Pactuada Integrada - PPI
 Participação nos espaços deliberativos interfederativos / Conselhos de Gestão Microrregional - CGMR
 Modernização dos instrumentos e mecanismos de gestão e controle administrativo da Secretaria de Saúde
 Implementação da tecnologia da informação e da informática na Secretaria de Saúde
 Qualificação dos trabalhadores do SUS com ênfase na formação e especialização técnica

Área Temática	Educação, conhecimento, cultura e esporte			
Programa	Fortalecimento da Educação Básica			
Ementa	Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar			
Recursos	R\$	25.609.431,94		
	Indicador	unidade de medida	Referência	
			Data	Índice
	Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Índice	5	03/2018
	Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental	Índice	3,7	12/2021

Compromisso	Garantir ensino básico em oferta compatível com as demandas municipais, com qualidade garantidas as diretrizes curriculares, a inclusão de ensino da história africana, afro-brasileira, indígena e as questões de gênero e sexualidade no currículo da educação básica,			
Órgão Responsável	Secretaria de Educação			
Meta	Erradicar o analfabetismo infantil no âmbito municipal			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	100	% Crianças de até 8 anos alfabetizadas		
Meta	Incluir no currículo da educação básica os termos estabelecidos na Lei 11.645/2008			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	100	%		
Meta	Ampliar o acesso à educação integral, elevando os tempos e espaços educativos e garantindo a permanência dos estudantes na escola			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	8	Unid.		

Entrega/Iniciativa

Implementação da Lei 11.645/2008, que inclui o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica
 Dotação das bibliotecas escolares com títulos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade
 Ampliação de vagas para a educação da população do campo, dos povos indígenas, quilombolas e estudantes com deficiência
 Ampliação da oferta de vaga em educação integral em jornada ampliada
 Implementação e ampliação do programa Escola Aberta
 Fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais
 Garantia das aprendizagens prioritárias para todos os estudantes com base nas avaliações
 Disponibilização de transporte escolar para os alunos matriculados no ensino médio da zona rural
 Promoção de assistência alimentar e nutricional aos educandos
 Disponibilização de fardamento dos estudantes regularmente matriculados nas escolas municipais
 Implementação e disponibilização de bolsa-auxílio aos alunos monitores voluntários
 Realização de concurso público para profissionais da educação
 Assessoramento às unidades escolares estaduais e aos municípios na elaboração e execução do Plano de Educação
 Desenvolvimento da Educação
 Orientação e incentivo à formação de grêmios estudantis

Compromisso	Reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede de ensino			
Órgão Responsável	Secretaria de Educação			
Meta	Elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	90 nas séries iniciais; 85 no ensino fundamental; 80 no ensino médio	%		
Meta	Meta Garantir acesso a 100% dos cidadãos em idade escolar e permanência de pelo menos 95% dos alunos da rede municipal de ensino			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	100 de acesso e 95% de permanencia	%		

Entrega/Iniciativa

Fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais
 Construção, Reforma e ampliação de Creches escolares
 Ampliação e Reforma de Unidades Escolares no Município

Compromisso	Valorizar os profissionais da educação e promover sua formação nas diversas áreas do conhecimento			
Órgão Responsável	Secretaria de Educação			
Meta	Efetivar a formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	90 nas séries iniciais; 85 no ensinofundamental; 80 no ensino médio	%		
Meta	Meta Garantir acesso a 100% dos cidadãos em idade escolar e permanência de pelo menos 95% dos alunos da rede municipal de ensino			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	100 de acesso e 95% de permanencia	%		

Entrega/Iniciativa

Realização de concurso público para profissionais da educação
 Desenvolvimento da atenção à saúde dos professores da rede municipal de ensino
 Investimento na capacitação dos profissionais da educação
 Implementação de políticas de incentivo com base no desenvolvimento individual de cada profissional através da otimização do plano de cargos
 Apoiar as ações que resultem em adoção de práticas inovadoras que tenham repercussão sobre a gestão e qualidade de ensino

Compromisso	Inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes e à cultura, prioritariamente as expressões locais, fortalecendo a vinculação e a identidade do estudante com seu município.		
Órgão Responsável	Secretaria de Educação		
Meta	Implantar as diretrizes curriculares da educação básica e promover a inovação e a diversificação dos currículos escolares em 100% das escolas da rede municipal de ensino, inclusive com a utilização de novas tecnologias como instrumentos pedagógicos.		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	
Meta	Atualizar currículos escolares e utilizar métodos com suporte tecnológico como instrumentos pedagógicos		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	
Meta	Estruturar 90% das escolas públicas para o fortalecimento e desenvolvimento do esporte da escola e demais temas da cultura corporal		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	90	%	

Entrega/Iniciativa

Implantação de Bibliotecas Escolares
 Estruturação e expansão dos grupos culturais escolares
 Fortalecimento e fomento da cultura corporal e do esporte no currículo escolar
 Fortalecimento e fomento de ações sócioeducativas da promoção do vínculo entre a escola, a família e a comunidade
 Fomento à iniciação científica, à leitura e ao desenvolvimento do letramento na educação básica
 Desenvolvimento, customização e catalogação de novas tecnologias educacionais
 Implantação do Sistema Integrado de Gestão Escolar
 Implantação e fortalecimento de laboratórios de informática com conexão a internet banda larga nas unidades escolares
 Escolas públicas estruturadas adequadamente para o desenvolvimento de aprendizagens do esporte e demais práticas da cultura corporal

Compromisso	Reduzir o índice de analfabetismo e assegurar a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos, criando as condições objetivas para inclusão social, política, econômica e cultural		
Órgão Responsável	Secretaria de Educação		
Meta	Ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade garantindo oferta de vagas para 100% dos cidadãos sem alfabetização.		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	

Entrega/Iniciativa

Implementação da proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos - EJA
 Implementação das ações do programa Todos pela Alfabetização - Topa / Brasil Alfabetizado ou outro que venha a substituí-los em cada uma das esferas de governo
 Proveniente de material didático-pedagógico
 Fornecimento de transporte aos alfabetizandos para acesso aos espaços de alfabetização
 Fornecimento de gêneros alimentícios para refeição dos alfabetizandos

Compromisso	Apoiar o estudante de ensino superior através de apoio econômico e engajamento funcional através de implantação de vagas de treine e menor aprendiz		
Órgão Responsável	Secretaria de Educação		
Meta	Apoiar o estudante da rede de ensino municipal, na capacitação para ingresso em faculdades, suporte econômico e oferta de bolsas pelo programa treinando o futuro.		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	

Entrega/Iniciativa

Implementação do Programa treinando o futuro, com oferta de vagas de estágio para estudantes da rede municipal e estudantes originários da rede municipal que estejam cursando áreas de interesse da administração.
 Implantação de Casas dos Universitários
 Fornecimento de Transporte aos alunos de Nível superior

Área Temática	Educação, conhecimento, cultura e esporte			
Programa	Cidadania, esporte e lazer			
Ementa	Fortalecer a estrutura do desporto, para-desporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população			
Recursos	R\$			2.909.581,48
	Indicador	unidade de medida	Referência	
			Data	Índice
	Número de Equipamentos Construídos	Índice		03
	Número de Eventos Realizados	Índice		16
				Índice Esperado ao final do Quadriênio

Compromisso	Promover a inclusão social por meio do esporte de participação		
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura, esporte e Lazer		
Meta	Promover a participação de todos os cidadãos em esportes de lazer		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	
Todo o Município	100	%	
Meta	Realizar e/ou apoiar eventos esportivos e de lazer comunitário		
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida	

Todo o Município	100	%
Meta	Promover o esporte educacional, com vistas a garantir o direito à prática esportiva, o desenvolvimento integral do aluno e a formação da cidadania, através da realização de eventos esportivos educacionais	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	6	Unid.

Entrega/Iniciativa	Desenvolvimento de atividades esportivas em praças públicas	
	Realização de eventos esportivos e de lazer comunitários	
	Promoção de Dias de Lazer	
	Realização de eventos esportivos educacionais	
	Implantação e implementação de núcleos de iniciação esportiva e inclusão social	
	Implantação do programa Segundo Tempo	

Compromisso	Garantir a infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e controle social	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura, esporte e Lazer	
Meta	Construir equipamentos desportivos e de lazer	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	8	unidade

Entrega/Iniciativa	Funcionamento de equipamentos esportivos	
	Recuperação de espaços desportivos	
	Construção e recuperação de equipamentos esportivos e de lazer	
	Construção de praças poliesportivas com equipamentos de lazer, esporte e ginástica.	
	Implantar Parques Urbanos	

Área Temática	Cidadania e Direitos Humanos			
Programa	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania			
Ementa	Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa			
Recursos	R\$			395.623,65
	Indicador	unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadriênio
			Data	Índice
	Número de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos	Índice		

Compromisso	Promover e apoiar ações que visem a garantia do direito humano e da cidadania	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura, esporte e Lazer	
Meta	Apoiar ações que visem garantir a população acesso a documentação civil básica, o acesso a justiça pela população socialmente vulnerável, e o respeito a diversidade.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	100	%

Entrega/Iniciativa	Implantação do Núcleo de assistência Jurídica	
	Apoiar ações que visem a obtenção de documentação básica	
	Apoiar ações que visem garantir o respeito a diversidade, de gênero, raça.	
	Apoiar as ações que visem garantir os direitos de deficientes físicos	

Área Temática	Cidadania e Direitos Humanos			
Programa	Criança e Adolescente			
Ementa	Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes			
Recursos	R\$			234.624,60
	Indicador	unidade de medida	Referência	Índice Esperado ao final do Quadriênio
			Data	Índice
	Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil	%		
	Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos	%		

Compromisso	Fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente para consolidar a Política Estadual de Defesa e Garantia de Direitos, focada na devida implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Proteger e defender direitos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	100	%

Entrega/Iniciativa	Apoio a projetos sociais para a promoção de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social	
	Capacitação de conselheiros tutelares, por meio de cursos, seminários e oficinas	

Área Temática	Cidadania e Direitos Humanos			
Programa	Terceira Idade			

Ementa				
Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso a educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social				
Recursos	R\$	230.780,46		
Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadrênio
		Data	Índice	
Percentual de Idosos em Situação de Violação de Direitos	%			
Percentual de Idosos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	%			

Compromisso	Fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos do Idoso para consolidar a Política de Defesa e Garantia de Direitos, focada na devida implementação do Estatuto Idoso			
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social			
Meta	Garantir assistência integral ao Idoso, promovendo o envelhecimento ativo e saudável			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	100			%

Entrega/Iniciativa				
Capacitação de operadores dos serviços para pessoa idosa				
Capacitação de operadores dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo da pessoa idosa				
Implantação de oficinas de atividades corporais, manuais e de núcleos de estudos teóricos				
Lançamento de livros produzidos por idosos				
Realização de eventos direcionados a idosos				
Incentivo a Criação do Grupo da Terceira Idade				

Área Temática	Cidadania e Direitos Humanos			
Programa	Mulher, sexo forte			
Ementa				
Assegurar proteção ampla a mulher, garantindo seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadão produtivo.				
Recursos	R\$	197.811,82		
Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadrênio
		Data	Índice	
Percentual de ocorrências registradas nas instituições integradas a rede de enfrentamento à violência contra a mulher	%			
Número de mulheres chefes de família	%			

Compromisso	Promover a proteção ampla a mulher, garantir seus direitos como cidadã produtiva e em situação de igualdade com o homem			
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social			
Meta	Ampliar o acesso de mulheres em situação de risco aos serviços municipais que visem a saúde integral, a formação, a proteção de direitos e inserção da mulher no mercado de trabalho e na gestão familiar.			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	100			%

Entrega/Iniciativa				
Garantir atendimento prioritário as mulheres em situação de risco				
Implantação do plano municipal de promoção a igualdade de gênero				
Realização de campanhas de valorização das mulheres				
Realização de eventos transversais direcionados a mulher				
Realização de eventos que visem a capacitação das mulheres chefes de família em situação de risco				
Promover a inclusão produtiva da mulher				

Área Temática	Desenvolvimento urbano integrado e sustentável			
Programa	Mais infraestrutura, mais desenvolvimento, mais qualidade de vida			
Ementa				
Ampliar e modernizar a infraestrutura urbana do município				
Recursos	R\$	12.422.991,21		
Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadrênio
		Data	Índice	
Percentual de estradas municipais com boas condições de trafegabilidade	%			
Percentual de ruas e avenidas municipais com pavimentação	%			

Compromisso	Ampliar e modernizar a infraestrutura Urbana do município			
Órgão Responsável	Secretaria de Obras e Infraestrutura			
Meta	Ampliar o número de estradas vicinais em boas condições de trafegabilidade garantindo mobilidade de pessoas e escoação da produção			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	90			%
Meta	Ampliar o número de ruas e avenidas com pavimentação, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida		
Todo o Município	30			Rua/Avenida
Meta	Implantar Terminal Rodoviário no município			

Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	1	Unidade
Meta	Implantar sistemas de sinalização nas ruas, avenidas e estradas vicinais do município	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	1	Unidade

Entrega/Iniciativa
 Abertura e manutenção de estradas vicinais do município
 Instalação e manutenção de pontes, mata-burros, passagens molhadas nas vias do município
 Implantação do sistema de sinalização de ruas, praças e acessos vicinais do município
 Elaboração do Plano Diretor Urbano
 Melhorar os acessos ao município garantindo condições adequadas de trafegabilidade

Área Temática: Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável
 Programa: Viver com Dignidade

Ementa
 Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores do município com o objetivo de assegurar o padrão de sustentabilidade nas cidades

Recursos: R\$ 329.686,37

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadriênio
		Data	Índice	
Déficit Habitacional Relativo	%			
Domicílios Adequados	%			

Compromisso: Contribuir para a redução da pobreza urbana com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários, requalificação de moradias e desenvolvimento de ações sociais

Órgão Responsável: Secretaria de Obras e Infraestrutura

Meta: Produzir 200 unidades habitacionais

Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	200	Unid.

Meta: Urbanizar assentamentos precários

Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	1	Unid.

Entrega/Iniciativa
 Construção de unidades habitacionais
 Melhorias de unidades habitacionais
 Reassentamento de domicílios em situação de risco ou insalubridade
 Urbanização de assentamentos

Área Temática: Consolidação e diversificação da matriz produtiva
 Programa: Diversificar, fortalecer a economia municipal

Ementa
 Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria, mineração e comércio

Recursos: R\$ 263.749,10

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadriênio
		Data	Índice	
Variação Anual do estoque de empregos formais	%			
Evolução do valor adicionado	%			

Compromisso: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o município e fortalecer aqueles já instalados

Órgão Responsável: Secretaria de Agricultura

Meta: Atrair empreendimentos para o município e apoiar ações que visem o fortalecimento das empresas já instaladas

Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	3	unid.

Entrega/Iniciativa
 Mapeamento das necessidades de infraestrutura e recursos humanos
 Implantação e ampliação de distritos industriais
 Implantação de Centro de Treinamento e capacitação profissional
 Promoção das potencialidades industriais e comerciais
 Estimular e apoiar o desenvolvimento do setor de serviços, objetivando sua estruturação e conseqüente ampliação da capacidade de geração e riqueza
 Apoio à inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas locais
 Elaboração, em parceria com instituições públicas e privadas, programas de apoio ao empreendedorismo inovativo
 Fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar o acesso ao crédito e a novos mercados
 Incentivar uma maior participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas, fomentando o crescimento da economia local, disponibilizando incentivos para competir no mercado e desenvolver a região

Área Temática: Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade
 Programa: Sustentabilidade Ambiental

Ementa
 Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais

Recursos: R\$ 230.780,46

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadriênio
		Data	Índice	
Fiscalização e monitoramento do Meio Ambiente	%			
Áreas sob Proteção Ambiental	%			

Compromisso	Implantar e ampliar a fiscalização ambiental, principalmente sobre os recursos hídricos, buscando a preservação de áreas, das nascentes e das matas ciliares.			
Órgão Responsável	Secretaria de Meio Ambiente			
Meta	implantar políticas públicas e infraestrutura necessária a fiscalização ambiental no Município			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento			Unidade de Medida
Todo o Município	90			%

Entrega/Iniciativa	Elaboração do Plano municipal de enfrentamento dos efeitos do Clima			
	Elaboração de políticas de preservação, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos			
	Implantação dos corredores de Biodiversidade			
	Incentivo a implantação de florestas para fins econômicos em pequenas propriedades			
	Qualificação dos processo de educação ambiental			
	Apoiar as ações que visem a revitalização de Bacias Urbanas e regionais			
	Promover o uso sustentável dos recursos hídricos para o desenvolvimento social e econômico do Estado			
	Implementação da cobrança pelos usos dos recursos hídricos, estabelecendo contrapartida para os proprietários de áreas de conservação			

Compromisso	Preservar e recuperar áreas de valor ambiental, promovendo a desocupação das suas áreas de risco e o uso sustentável com a oferta de alternativas de esporte e lazer e efetiva apropriação dos equipamentos pelos usuários			
Órgão Responsável	Secretaria de Meio Ambiente			
Meta	Garantir a manutenção e recuperações das áreas de preservação e conservação ambiental			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento			Unidade de Medida
Todo o Município	90			%

Entrega/Iniciativa	Criação de Parques de preservação urbana e rural			
	Implantação de equipamentos de esporte e lazer que ampliem o contato com a natureza e o esporte de aventura			
	Organização de eventos sociais que envolvam a prática de esportes e lazer			
	Implantação de parques que visem a valorização de recursos hídricos, sua preservação e utilização sustentável para o lazer			

Compromisso	Fortalecer áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a requalificação de espaços e equipamentos, potencializando a cultura e o turismo			
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo			
Meta	Implantar e requalificar espaços turísticos			
Regionalização	Quantidade/Detalhamento			Unidade de Medida
Todo o Município	90			%

Entrega/Iniciativa	Criação do plano de conservação das áreas de interesse turístico e cultural			
	Urbanização de espaços turísticos			
	Criação de espaços culturais			
	Valorização de manifestações culturais e apoio e qualificação das festas típicas do município			
	Recuperação de praças, parques jardins e feiras tradicionais			
	Promoção dos eventos culturais e de interesse turístico			
	Implantação do Calendário Municipal da Cultura			
	Apoiar indivíduos e grupos de expressão artística e cultural			
	Apoiar atividades culturais e artísticas tendo em vista promover a inclusão econômica destes eventos			
	Preservar a memória e o patrimônio cultural, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo			
	Preservar a memória do artesanato por meio da ampliação e modernização do acervo de peças e documentos do Centro de Estudos, Pesquisas e Preservação do Artesanato			
	Preservar a memória e história dos movimentos sociais, da crença e da cultura popular			

Área Temática	Gestão Governamental e governança socioeconômica		
Programa	Planejamento e Gestão estratégica		
Ementa	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social		
Recursos	R\$	11.758.571,16	

Compromisso	Planejar a ação governamental, visando a eficiência e a integração das Políticas Públicas		
Órgão Responsável	Secretaria de Administração		

Entrega/Iniciativa	Elaboração de plano estratégico		
	Elaboração dos Instrumentos Legais de Planejamento - PPA, LDO e LOA		
	Elaboração e divulgação de relatórios anuais		
	Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas governamentais		
	Realização de estudos e pesquisas		
	Elaboração de manuais técnicos		
	Capacitação de técnicos em planejamento		
	Implementação da cobrança pelos usos dos recursos hídricos, estabelecendo contrapartida para os proprietários de áreas de conservação		

Compromisso	Promover o diálogo e a participação da sociedade na construção do Plano Plurianual e no monitoramento das Políticas Públicas
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	
Implementação do PPA participativo	
Promoção de Campanhas de Promoção e divulgação da informação oficial	
Desenvolvimento de instrumentos e estratégia para oitiva popular	
Compromisso	Fortalecer a Gestão Municipal para melhoria crescente de qualidade e produtividade no atendimento às demandas da população, ampliando o alcance da efetividade das políticas públicas
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	
Elaboração e revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU e Cadastro Tributário	
Participação efetiva nos consórcios intermunicipais	
Desenvolvimento de instrumentos e estratégia para oitiva popular	
Mapeamento dos processos administrativos tendo em vista sua qualificação	
Implantação de modelos integrados de gestão com suporte a ferramentas computacionais adequadas	
Área Temática	Gestão Governamental e governança socioeconômica
Programa	Gestão Fiscal
Ementa	
Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando a efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social	
Recursos	R\$ 7.100.767,29
Compromisso	Melhorar a eficiência, eficácia e transparência da Gestão Fiscal, maximizando a arrecadação dos tributos e o controle do gasto público
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças
Entrega/Iniciativa	
Desenvolvimento ações baseados em sistemas informatizados e integrados na área tributária e financeira	
Aquisição de equipamentos para a secretaria de finanças	
Elaboração e divulgação de relatórios anuais	
Capacitação de servidores na área tributária e financeira	
Compromisso	Aperfeiçoar o controle eficiente da arrecadação tributária, inclusive a de competência da Procuradoria do Município, auxiliando o município nas suas funções arrecadatórias e fiscalizatórias
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças
Entrega/Iniciativa	
Integração do Processo Administrativo Fiscal com a Procuradoria	
Implantação da gestão da dívida ativa tributária e não tributária	
Implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão	
Capacitação de servidores na área tributária e financeira	
Revisão do Código Tributário Municipal	
Revisão da Planta de Cadastro de Imóveis	
Implantação e integração do Sistema de Gerenciamento do Imposto	
Área Temática	Gestão Governamental e governança socioeconômica
Programa	Modernização da Gestão Pública
Ementa	
Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas	
Recursos	R\$ 1.570.639,07
Compromisso	Aprimorar o modelo e as práticas de gestão, disseminando tecnologias, implementando ações de melhoria e de desenvolvimento da cultura organizacional orientada para resultados, visando elevar a qualidade na prestação de serviços
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	
Desenvolvimento de práticas de modernização administrativa	
Desenvolvimento de projetos de melhoria continuada	
Implantação de modelo de gestão	
Aporte de tecnologias de gestão	
Implantação de programa de gerenciamento de diretrizes e rotinas	
Elaboração de atos regulamentares	
Compromisso	Consolidar a cultura de eficiência do gasto e do controle gerencial, visando uma gestão provedora de serviços de qualidade, com vistas a maximização do retorno para a sociedade
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças
Entrega/Iniciativa	
Disseminação de práticas de qualificação do gasto	
Implantação do sistema de monitoramento e avaliação do gasto	
Compromisso	Proporcionar aos servidores um ambiente corporativo que estimule um padrão de conduta ética, acesso ao conhecimento, valorização, profissionalização e progresso na carreira baseado no mérito, assim como aperfeiçoar os instrumentos gerenciais voltados ao monitoramento do quadro de pessoal

Órgão Responsável	Departamento de Recursos Humanos
Entrega/Iniciativa	Aperfeiçoamento da gestão de carreiras Capacitação de servidor público Concessão de prêmios e benefício ao servidor Implementação de sistema de atenção a saúde e segurança do trabalho do servidor Integração dos sistemas informacionais, processuais e tecnológicos de recursos humanos Realização de concurso público Dimensionamento do quantitativo de pessoal de cada unidade Intensificação da fiscalização e controle da conduta funcional do servidor
Compromisso	Aperfeiçoar a gestão dos processos de compras públicas, visando potencializar a ação do Município por meio da economia gerada, tempestividade e qualidade dos serviços e produtos adquiridos, bem como otimizar o controle dos bens móveis e imóveis do patrimônio público
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	Implantação do planejamento de compras e contratação de serviços Implementação de gestão de estoque Realização de mapeamento, redesenho e priorização dos processos de licitação Gerenciamento do patrimônio do município Aperfeiçoamento do sistema de operação com veículo
Compromisso	Facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, por meio da simplificação de processos e redução de burocracia, com um padrão de atendimento qualificado e impessoal
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	Implantação e funcionamento do SACM - Serviços de Atendimento ao Cidadão do Município Implantação das melhores práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC Implementação de ferramenta para solução de Business Intelligence - BI Gerenciamento do patrimônio do município Implantação do SACM-D - Serviços de atendimento ao Cidadão - Digital
Compromisso	Prover a infraestrutura física adequada para a prestação do serviço público, investindo na melhoria constante das edificações públicas
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	Construção e ampliação de prédios públicos Recuperação e conservação das edificações públicas Fiscalização de obras e serviços públicos
Compromisso	Ampliar e modernizar o sistema de telefonia e internet nos órgãos do município, melhorando a qualidade dos serviços de comunicação, garantindo segurança e integração adequada de informações.
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	Implantação do Sistema Wireless Ampliação e operacionalização do Sistema de Telefonia Implantação da Cidade Digital
Compromisso	Modernizar a Procuradoria Geral do Município, tornando-a eficiente, motivada e habilitada a assessorar a Administração Pública a atender as demandas da Sociedade, garantindo a lisura e eficiência na execução dos Programas Sociais, bem como na defesa do interesse do cidadão.
Órgão Responsável	Procuradoria Jurídica
Entrega/Iniciativa	Implementação do Projeto de Modernização Estruturação da Procuradoria e ampliação da infraestrutura física Implantação da Procuradoria Cidadã
Compromisso	Coordenar a política de comunicação, assegurando a sociedade o pleno conhecimento e transparência das informações
Órgão Responsável	Órgão da Transparência
Entrega/Iniciativa	Implantação de rede pública de comunicação Digitalização do Acervo documental do município Criação, ampliação do Portal da Transparência Criação, ampliação do Portal do Município
Compromisso	Aprimorar o modelo e as práticas de gestão, disseminando tecnologias, implementando ações de melhoria e de desenvolvimento da cultura organizacional orientada para resultados, visando elevar a qualidade na prestação de serviços
Órgão Responsável	Secretária de Administração
Entrega/Iniciativa	Desenvolvimento de práticas de modernização administrativa Desenvolvimento de projetos de melhoria continuada Implantação de modelo de gestão Aporte de tecnologias de gestão

Implantação de programa de gerenciamento de diretrizes e rotinas
Elaboração de atos regulamentares

Compromisso Melhorar e qualificar a gestão tributária e financeira, tendo em vista o exercício pleno da função tributária

Órgão Responsável Secretaria de Finanças

Entrega/Iniciativa

Integração do Processo Administrativo Fiscal com a Procuradoria

Implantação da gestão da dívida ativa tributária e não tributária

Implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão

Capacitação de servidores na área tributária e financeira

Revisão do Código Tributário Municipal

Revisão da Planta de Cadastro de Imóveis

Implantação e integração do Sistema de Gerenciamento do Imposto

Área Temática Gestão Governamental e governança socioeconômica

Programa Fortalecimento da Ação Legislativa

Ementa

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros

Recursos R\$ 4.943.476,91

Compromisso Estabelecer novo padrão de relação entre Estado e sociedade, exercendo a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público, com transparência e interatividade, enfatizando a normatização e o controle social

Órgão Responsável Câmara Municipal

Entrega/Iniciativa

Exercício da Ação Legislativa

Implementação da Câmara Itinerante

Implementação e manutenção do Sistema difusão das sessões e espaço do legislativo através da WEB e da Radiodifusão

Reforma e adaptação das instalações físicas

Implementação da Câmara mirim

Capacitação de servidores

Modernização Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2018-2021

ANEXO I - RESUMO

Resumo Por Eixo e Area Temática	Soma de Valor
Planejamento e Gestão Estratégica para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	
Pobreza, inclusão socioprodutiva e o mundo do trabalho	
Proteção Social	
(vazio)	
Cidadania e Direitos Humanos	
Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	
Criança e Adolescente	
Terceira Idade	
Mulher, sexo forte	
Consolidação e diversificação da matriz produtiva	
Diversificar, fortalecer a economia municipal	
Desenvolvimento rural e agricultura familiar	
Regularização Fundiária rural	
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	
Mais infraestrutura, mais desenvolvimento, mais qualidade de vida	
Regularização Fundiária urbana	
Educação, conhecimento, cultura e esporte	
Fortalecimento da Educação Básica	
Cidadania, esporte e lazer	
Gestão Governamental e governança soioeconômica	
Planejamento e Gestão estratégica	
Gestão Fiscal	
Modernização da Gestão Pública	
Fortalecimento da Ação Legislativa	
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	
Viver com Dignidade	
Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	
Água Viva - Sertão Forte	
Menos Lixo, menos pobreza	
Sustentabilidade Ambiental	
Pobreza, inclusão socioprodutiva e o mundo do trabalho	
Mais produção, mais dignidade, mais liberdade	
Saúde e assistência social	
Segurança Alimentar	
Saúde com acesso amplo e seguro	
Total Geral	